

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS

O Projeto Viravida em Campina Grande: combatendo a Exploração Sexual
de Adolescentes - entre o passado e o presente - construindo perspectivas
de futuro

MARIA JOAMA DE SOUSA PEREIRA

Campina Grande, dezembro 2011

MARIA JOAMA DE SOUSA PEREIRA

O Projeto Viravida em Campina Grande: combatendo a Exploração Sexual de Adolescentes - entre o passado e o presente - construindo perspectivas de futuro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora como pré-requisito parcial para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Campina Grande, dezembro 2011

P436p Pereira, Maria Joama de Sousa.

O Projeto Viravida em Campina Grande [manuscrito]: combatendo a exploração sexual de adolescentes - entre o passado e o presente - construindo perspectivas de futuro / Maria Joama de Sousa Pereira. – 2011.

82 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Terçália Suassuna Vaz Lira, Departamento de Serviço Social”.

1. Exploração Sexual. 2. Crianças e Adolescentes. 3. Projeto Viravida. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 306.745

MARIA JOAMA DE SOUSA PEREIRA

O Projeto Viravida em Campina Grande: combatendo a Exploração Sexual de Adolescentes - entre o passado e o presente – construindo perspectivas de futuro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora como pré-requisito parcial para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Aprovado em: 23 / 11 / 2011

Nota: 9,5 (nove e meio)

BANCA EXAMINADORA

Tercília Suassuna Vaz Lira
Tercília Suassuna Vaz Lira

Orientadora

Célia de Castro
Célia de Castro

Examinadora

Sueleide Nóbrega Gadelha

Sueleide Nóbrega Gadelha

Examinadora

Campina Grande, dezembro 2011

Dedico este trabalho aos meus pais Odete e Getúlio, pelo incentivo constante, à minha orientadora Terçália Suassuna, pela paciência e conhecimento compartilhado, à Thiago, pelo carinho e apoio, a meus professores queridos e aos jovens com os quais realizei o estudo, fontes de instigação a aprofundar a temática. Á vocês, meu muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Cotidianamente, a vida nos revela pessoas, situações e sentimentos inesperados, demonstrando nossa fragilidade perante a sua capacidade em nos surpreender, em fazer-nos parar e retornar a caminhar conforme seu ritmo. Nessas variações de ritmo, com 18 anos de idade, cheguei a Campina Grande, ainda sem saber o que me aguardava, mas com bastante ansiedade e vontade de descobrir o mundo. Dia a dia pude me fortalecer, aprendi que nem sempre ter as pessoas por perto quer dizer que precisamos estar com elas ao nosso lado, mas que é inteiramente possível sentir o outro, a quilômetros de distância. Aprendi a amá-las mesmo assim, e muito. Pessoas que me marcaram e ainda marcam, algumas presentes, outras não mais, mas aqui fica a homenagem àqueles a quem daria tudo para tê-los comigo nesse instante de júbilo. Eternas saudades: meus pais biológicos, Inácio Pereira e Maria Martins de Sousa, tio Geraldo Sá, a melhor pessoa que já conheci, com o coração de um menino.

Nesse momento, percebo a singularidade do amor de Deus em minha vida, sem o qual não haveria trilhado caminhos tão memoráveis como estes, cuja presença serviu-me de fortaleza e socorro, o mais fiel. Acreditando nisso, construí uma vida nessa cidade, conheci pessoas, fiz amizades, aprendi muito da vida e hoje posso dizer que o vivi jamais se apagará de minha lembrança, ainda que vivesse eternamente, pois é dessa forma que essas pessoas, inestimáveis, estarão presentes em todos os meus momentos. Agradeço a Deus pela oportunidade da vida, pelos dons que me foram confiados, pelo amor incondicional a mim destinado e por acreditar em mim. Obrigada Papai do céu! Em vós confio... “grandes coisas tem feito o Senhor, por isso estamos alegres”.

Agradeço aos meus pais, fonte de esperança e amor, pela inesgotável crença em mim, de que poderia alcançar águas mais profundas, desvendar os mistérios que envolvem o caminho rumo ao sucesso profissional. Com eles, aprendi o verdadeiro amor sem medida, o qual me impulsiona e faz-me almejar conquistas, superando os desafios. Á vocês, meu muito obrigado e o desejo de poder orgulhá-los grandemente com o meu trabalho. Aos meus familiares, irmãos (em especial Maurício e família, pela recepção e acolhida em sua casa) primos, tios, conhecidos, próximos ou distantes, mas que, de alguma forma, torcem e se alegram com esta minha vitória. Essa é dedicada a vocês! Eu os amo, muito.

Agradeço a minha orientadora e parceira nessa caminhada de construção da monografia, Terçália Suassuna, pessoa que, para mim, representa um exemplo de determinação e inteligência, sem a qual jamais conseguiria apreender tantas informações valiosas e observá-las mais profundamente. Á você, querida, meu muito obrigado! Um forte abraço à equipe técnica do CRAS da Catingueira, local onde estagiei e foram dados ensinamentos acerca de ser uma profissional persistente, correta, ética e comprometida com o real motivo de nossa profissão: fazer valer os direitos dos menos favorecidos pelos governantes e suas “Políticas Sociais”. Obrigada a todas vocês!

Um singelo e verdadeiro obrigado à professora Cleônia Maria Mendes, por sua sabedoria, ética e coerência, tanto profissional quanto pessoalmente. Sabia que tens grande valor para mim, a quem aprendi a admirar e respeitar. Gratidão à professora Célia de Castro, por sempre ter acreditado em mim, pela confiança e carinho. Muito obrigada por estarem por perto ao longo dessa caminhada.

Agradeço ainda aos meus amigos, de Pombal e Campina Grande, por todas as risadas, os momentos de tensão e preocupação com a Universidade, a saudade sentida no momento da partida. Cada momento valeu a pena. Obrigada mesmo meus queridos, posso chamá-los meus irmãos. Um obrigado especial para Even Monallisa (minha negrinha, amiga linda que mesmo distante, esteve presente por todo esse tempo), Annaelise Bandeira e Kamilla Dantas (companheiras e irmãs de coração, que suportaram minhas angústias e íntimas expressões de sentimentos), Gerlânia, Maria Clara, Tatiane e demais amigas que conquistei na caminhada da Universidade, obrigada pela força que me deram para enfrentar os obstáculos.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao meu namorado, Thiago, meu amigo, companheiro, pessoa com a qual divido muitos dos momentos da minha caminhada nessa cidade, em cuja morada me apresentou um ser humano encantador, por quem nutro profunda admiração pela força de vontade, resiliência e coragem que tens. Meu amor, você me faz muito feliz e ter você por perto é um presente, meu presente. Adoro-te muito. Acredito que nossos caminhos se encontraram no momento certo.

Assim, concordo com Carlos Drummond de Andrade quando afirma: “o valor das coisas não estão no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem”. Não estive aqui nem conheci todos vocês por acaso, levo um pouco de vocês e deixo convosco um pedacinho de mim. Tenho certeza de que “em algum lugar no tempo nós ainda estamos e (estaremos) juntos, pra sempre” (Biquini Cavado).

O oposto do amor não é o ódio, mas a indiferença (Érico Veríssimo)

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Criança

CONANDA – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

ESC - Exploração Sexual Comercial

FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDAÇÃO ABRINQ

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organizações Não-Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PNBEM - Política Nacional do Bem Estar do Menor –

PNEVSIJ - Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil

PROAMEV - Pró adolescente, mulher, espaço e vida

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

DST/AIDS - Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

PBF - Programa Bolsa Família

SAB - Sociedade Amigos do Bairro

RESUMO

O estudo aqui apresentado é fruto de indagações e reflexões provenientes da experiência no estágio supervisionado, enquanto componente curricular, realizado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do bairro da Catingueira em Campina Grande - PB. Foi a partir da nossa experiência no CRAS e aproximação com problemáticas vivenciadas pela comunidade, dentre as quais a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que despertamos para o interesse em realizar o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto aos oito jovens atendidos na Proamev e integrantes do Projeto Viravida, que tem como propósito direcionar vítimas da exploração sexual com faixa etária de 16 a 21 anos para o mercado de trabalho, visando resgatar os vínculos afetivos e familiares bem como estimular sua (re) inserção no ambiente escolar. Para tanto, tivemos por objetivo geral analisar a execução do Projeto Viravida e seus rebatimentos na vida desses jovens nos contextos familiar e escolar, evidenciando os avanços ocorridos durante os cursos preparatórios para o mercado de trabalho, oferecidos pelo Viravida. A pesquisa desenvolvida foi de cunho exploratório, com enfoque dado por meio de uma pesquisa qualitativa. Para realizarmos a coleta de dados, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas sobre a realidade familiar, escolar e preparação profissional. Desse modo, este trabalho tornou-se relevante à medida que existe escassa bibliografia sobre o tema e percebemos que a problemática demanda uma prática interventiva na realidade social de forma constante e que possa contribuir para a realização de pesquisas futuras na área.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Exploração Sexual. Projeto Viravida.

ABSTRACT

The study presented here is the result of questions and comments from the supervised experience as a curriculum component, held at the Center for Social Assistance Reference - CRAS Catingueira in the district of Campina Grande - PB. It was from our experience and approach to the CRAS problems experienced by the community, among them the Sexual Exploitation of Children and Adolescents to awaken our interest in performing work of Course Completion (TCC) along with eight youths involved in Proamev Viravida and members of the Project, which aims to direct victims of sexual exploitation aged 16 to 21 years for the labor market in order to redeem the bonds of affection and family as well as stimulate their (re) integration in the school environment. To this end, we aimed at analyzing the execution of the Project Viravida and its repercussions in the lives of young people in family and school contexts, highlighting the progress made during the preparatory courses for the job market, offered by Viravida. The research that was exploratory, with focus given through a qualitative research. To accomplish the data collection, we used semi-structured interviews with open and closed questions about the reality family, school and professional training. Thus, this work became relevant as there is scant literature on the subject and realized that the problem demands a social reality in interventional practice consistently and that can contribute to the achievement of future research in the area.

Keywords: Children and adolescents. Sexual Exploitation. Project Viravida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL	
1.1 Uma Análise acerca do Significado da Infância: da Idade Média aos dias atuais.....	17
1.2 A criança no Brasil: a recepção de infantes em tempos de colonização.....	24
1.3 Vivências infantis de uma realidade adulta: o cotidiano das crianças ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX	26
1.4 Século XX: as transformações societárias no tocante ao segmento infanto-juvenil brasileiro – avanços e continuidades	30
2 A VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL: O ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - EXPRESSÕES E CONSEQUÊNCIAS	
2.1 Conceituando a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes no Brasil.....	35
2.2 A Exploração Sexual Comercial (ESC) de Crianças e Adolescentes no Brasil: causas, sinais e consequências	41
2.3 A Legislação de Enfrentamento a ESC no Brasil: do Código Penal ao ECA – As Fragilidades Legais no Cenário Contemporâneo	44
2.4 As Iniciativas de Enfrentamento a ESC de Crianças e Adolescentes: sementes de esperança num panorama de mudanças e perspectivas	46
3 OS REBATIMENTOS DO PROJETO VIRAVIDA NA REALIDADE DOS (AS) ADOLESCENTES DA PROAMEV	
3.1 Conhecendo um pouco a Proamev.....	54

3.2 O Projeto Viravida: gênese, objetivos e os seus reflexos na vida de adolescentes vítimas de exploração sexual comercial.....	55
3.3 Metodologia.....	58
3.4 O Perfil dos Adolescentes da Proamev Participantes do Projeto Viravida	60
3.5 Os Motivos para Inserção dos Jovens da Proamev no Projeto Viravida e as Opiniões sobre sua Execução.....	63
3.6 Os Rebatimentos na Realidade de Vida dos Adolescentes Inseridos no Projeto Viravida em Campina Grande: as modificações nos contextos familiar e escolar	66
3.6.1 Contexto familiar.....	67
3.6.2 Contexto escolar	68
4 O Mercado de Trabalho e as Expectativas de Futuro Profissional na Visão dos Adolescentes do Projeto Viravida: traçando metas, trilhando caminhos	70
5 Considerações Finais	74
6 Referências Bibliográficas.....	77
7 Apêndices	80

INTRODUÇÃO

O estudo ao qual nos propomos a desenvolver é fruto de indagações e reflexões provenientes da experiência no estágio supervisionado, enquanto componente curricular, realizado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Catingueira em Campina Grande, também conhecido como Casa da Família, no período de fevereiro de 2010 a junho de 2011. O CRAS que nos serviu de campo de estágio curricular, está situado na zona sudoeste de Campina Grande e abrangendo os bairros: Catingueira, Velame (Jardim Borborema, Jardim Vitória, Ressurreição), Cruzeiro, Novo Cruzeiro, Presidente Médice) Cidades, Catolé de Zé Ferreira e Três Irmãs, considerados uma área de vulnerabilidade social, devido às baixas condições socioeconômicas e à falta de vontade política em que vive significativa parcela da população.

Os Centros de Referência atuam juntamente às famílias no cenário comunitário, sendo responsável pela oferta de orientações aos núcleos familiares acerca da rede de serviços socioassistenciais de Assistência Social, enquanto política integrante da Seguridade Social no Brasil. Em geral, todas as atividades referentes à Proteção Básica têm por lócus primordial o CRAS, o qual funciona como porta de entrada da Política da Assistência Social, cuja abrangência se dá em razão de situações de vulnerabilidade e risco social as quais estão submetidas à população.

Foi a partir da nossa aproximação com o CRAS e com problemáticas vivenciadas pela comunidade, dentre as quais a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e, conseqüentemente, com a Proamev, pelo fato de atuarem em parceria num trabalho em rede, que despertamos para o interesse em realizar o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto aos jovens atendidos na Proamev e integrantes do Projeto Viravida, que tem como propósito direcionar jovens com faixa etária de 16 a 21 anos para o mercado de trabalho, visando resgatar os vínculos afetivos e familiares bem como estimular sua (re) inserção no ambiente escolar.

Sendo assim, a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma problemática antiga, porém, atual, dada a frequência de casos registrados, ainda que saibamos que muitos destes, sequer são notificados, fato esse que dificulta o enfrentamento da violência. Podemos, então, pensar a exploração sexual como prática que expressa as relações de gênero, autoritarismo, poder, machismo, dentre outros valores da sociedade hedonista contemporânea, vivenciados largamente e cujos reflexos mais maléficos são

sentidos por aqueles que a vivenciam direta ou indiretamente, em especial quando envolve o segmento infanto-juvenil.

Desse modo, levando em conta a realidade da exploração sexual existente no Brasil e os entraves ao seu enfrentamento, tivemos interesse em estudar e pesquisar a temática, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre o tema, bem como trazer uma discussão pertinente com relação aos destinos e às vivências de crianças e adolescentes no país, inseridos no Projeto Viravida, no contexto local de Campina Grande. O assunto é bastante instigante e nos revela situações, motivações e consequências às vítimas, visto que engloba e é fruto de séculos de estigmatização e desrespeito aos direitos humanos de pessoas atualmente, consideradas em “formação” pessoal e biopsicossocial.

Vale ressaltar que, por meio de um trabalho em rede desenvolvido entre o referido CRAS e a ONG Proamev, foi possível identificar a problemática da Exploração Sexual de jovens presentes na localidade e a partir de então, surgiu o interesse em elaborar nosso TCC voltado à realidade da exploração sexual. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, levantamos informações pertinentes ao estudo e pudemos construir um entendimento mais aguçado acerca da problemática que permeia o estudo, a exploração sexual de jovens. Assim, o CRAS serviu-nos como ponte entre a Proamev e os adolescentes e jovens inseridos no Projeto Viravida, haja vista esse público estar inserido na área de abrangência do CRAS Catingueira, cujo bairro demanda uma maior atenção por parte dos governantes nas diversas áreas.

A pesquisa aqui apresentada buscou, inicialmente, analisar o Projeto Viravida em sua execução em especial em Campina Grande. Contudo, nosso estudo esteve restrito ao grupo de oito adolescentes pertencentes à mencionada ONG e que estavam inseridos no referido Projeto, visando apreender as possíveis contribuições trazidas aos seus integrantes, salientando que estes adolescentes vivenciaram uma realidade de exploração sexual, motivo pelo qual se deu a inserção dos jovens no Projeto Viravida.

Para tanto, tivemos por objetivo geral analisar a execução do Projeto Viravida e seus rebatimentos na vida desses jovens nos contextos familiar e escolar, evidenciando os avanços ocorridos durante os cursos preparatórios para o mercado de trabalho, oferecidos pelo Viravida. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: apreender as possíveis contribuições trazidas através do Projeto Viravida para o cotidiano familiar e escolar dos adolescentes e jovens, identificar nas falas desses adolescentes, as motivações pessoais para a participação no Projeto Viravida e levantar as expectativas

dos jovens integrantes do Projeto Viravida quanto à inserção no mercado de trabalho e ao futuro profissional.

Dessa forma, buscamos captar as motivações e expectativas para o futuro desses jovens, especialmente relacionadas ao mercado de trabalho, bem como os vínculos familiares e a situação escolar, investigando as perspectivas destes em viver de forma diferente, livre da exploração sexual. Compreendendo que a não violação de direitos está preconizada no art. 227 da Constituição Federal e no artigo 4º do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, lei nº 8.069/90, considera-se que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005).

A ONG Proamev possui grande reconhecimento no bairro, realizando um trabalho socioeducativo com jovens, bem como desenvolvendo palestras e mesas redondas voltadas a toda a comunidade e tendo grande notoriedade e representatividade perante as entidades que lutam em favor de crianças e adolescentes no município e não apenas na localidade. Desse modo, a ONG foi o ambiente primordial para a concretização de nossa abordagem investigativa, presente nos diversos cenários em que se refratam as vivências dos jovens da comunidade. A situação de violação de direitos aqui retratada foi a exploração sexual, verificada pela mesma, onde adolescentes e jovens tiveram seus direitos violados e por esse motivo, foram inseridos no Projeto Viravida.

Diante do contexto observado, a Proamev fez parceria com o Projeto Viravida, o qual passa a ser desenvolvido com a participação de oito adolescentes atendidos na Organização, bem como com mais outros jovens os quais sofreram exploração sexual. O Projeto Viravida é vinculado ao Sistema S (SESI, SENAC, SESC, SENAI, SEBRAE), com o apoio de organizações governamentais, não-governamentais, iniciativas pública e privada, contando com o apoio financeiro do Governo Federal. O mesmo possui como uma das prioridades a inserção de seu público-alvo no mercado de trabalho, tão logo conclua os cursos preparatórios oferecidos pelo Projeto Viravida, haja vista as possibilidades de emprego oriundas das empresas parceiras do Sistema S.

Devido às especificidades inerentes ao Projeto Viravida em Campina Grande, inaugurado desde abril de 2010, entendemos ter sido de extrema relevância o desenvolvimento de um trabalho conciso e de caráter investigativo no tocante à participação do segmento jovem vitimizado pela exploração sexual nas atividades desenvolvidas no Projeto, no sentido de analisar criticamente tal Projeto e entendê-lo para além de uma iniciativa “bondosa” dos seus organizadores e idealizadores.

Dessa forma, detivemo-nos à sua execução a nível local, considerando que o mesmo se dá, especialmente, nas capitais dos Estados da Federação, e em Campina Grande, pelo fato de ser a sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP. Para tanto, buscamos analisar a possível articulação entre o Projeto Viravida e a Proamev enquanto ONG inserida na proposta do referido Projeto.

Distribuímos o trabalho, portanto, em três capítulos, os quais estão subdivididos em tópicos, através dos quais fizemos uma abordagem das categorias fundamentais do estudo. No primeiro capítulo, dissertamos sobre a trajetória histórica da criança e do adolescente no Brasil e no mundo, destacando os significados sociais de infância, por meio da bibliografia de Áries e Postman, dentre outros autores da área. Pontuamos ainda a inserção do segmento infanto-juvenil no Brasil, desde as naus portuguesas até os períodos de mineração do ouro e demais metais preciosos nas Minas Gerais do século XVIII. Evidenciamos ainda a realidade de dominação da mídia e utilização dos meios de comunicação para tornar precoces crianças e adolescentes, com seu poder persuasivo e a formação da criança adultizada e do adulto-criança, situações típicas dos dias atuais.

No segundo capítulo, buscamos um aprofundamento da temática do abuso e exploração sexual, destacando os sinais de abuso e exploração, bem como das vítimas e exploradores. Sendo pontuada a questão da exploração sexual de adolescentes no Brasil como tópico central de nossa discussão nesse capítulo, no sentido de melhor compreendermos a situação de violação de direitos aqui expostos.

No terceiro capítulo, por sua vez, trazemos a discussão sobre a realidade dos jovens inseridos no Projeto Viravida, cujo público alvo são jovens de 16 a 21 anos, vítimas da exploração sexual, cuja análise centrou-se na inserção desses jovens no Viravida, bem como suas expectativas de vida profissional e pessoal.

CAPÍTULO I:

1.1 Uma Análise acerca do Significado da Infância: da Idade Média aos dias atuais

Para discutirmos o significado que a infância vem adquirindo no contexto atual faz-se necessário refletirmos como este significado vem se modificando ao longo dos séculos, é cabível fazermos uma retrospectiva histórica pelos séculos XVI e XVII no sentido de constatar a maneira como as pessoas viam e entendiam as crianças, nem sempre como ser humano importante e diferenciado dos adultos, necessitando de auxílio imediato e demais respostas do ponto de vista psicológico, socioeconômico e afetivo.

Verificamos na literatura que em relação às crianças e adolescentes na Idade Média, havia uma inexistência do sentimento de infância, o que não significava falta de cuidados ou desapego, mas uma visão de infância composta por pessoas como quaisquer outras, sem observar-lhes suas particularidades, fato que só veio a se modificar a partir dos fins do século XVI e início do século XVII, quando surge uma nova conceituação de infância.

Nesse contexto, havia o entendimento de que as crianças eram adultos em miniatura, ratificado pela semelhança nas roupas e nos hábitos dos pequenos em relação a dos seus pais, evidenciando um descuido no tocante aos infantes. As crianças só poderiam ser consideradas pertencentes a uma família depois de completados sete anos, idade na qual eram comparadas ao adulto - participando de toda a vida em sociedade - dada a alta taxa de mortalidade infantil existente à época.

Foram os moralistas e educadores do século XVII, bem como os autores Montaigne e Molière (apud ARÌES, 1961), estudiosos e críticos da temática no período em questão consideraram desnecessária ou até exagerada a atenção dada aos pequeninos, concebidos pela sociedade e pelos pais como seres que tinham por única serventia fazer os adultos rirem de suas brincadeiras, consideradas bobas, comparando-os a macacos ou outros animais com caráter cômico.

Para tanto, não havia motivo para os adultos dedicarem tanto tempo e cuidados às crianças (já que era apenas para brincar com elas) e estabeleceu-se uma nova perspectiva direcionada às crianças: a educação e a moralidade para os pequenos. Estas precisavam ser vistas com maior importância e educadas para, segundo Goussault (apud ARÌES, 1961), serem pessoas honradas e probas e homens racionais. É notório o rigor

crítico e até mesmo o incômodo que as crianças representavam para estes autores, tamanha a aspereza com que eram relatadas.

A superioridade do adulto em detrimento a criança é exposta quando Coulanges (apud ARIÈS, 1961) fala que:

[...] para bem educar vossas crianças, não poupeis o preceptor; fazei-as calar sempre que estiverem entre adultos, pois nada aborrece tanto como escutar as crianças dos outros [...] que eles comam em outro lugar, sob as vistas de uma governanta, que lhes ensine a limpeza e não seja indulgente; [...] (ARIÈS, 1961, p. 160).

Vale ressaltar que, atualmente, é usual e considerada positiva a presença de crianças na mesa com a família, até mesmo como uma forma de socialização destes com os integrantes da casa e de reconhecimento do espaço que lhes pertence, enquanto membro da família, no processo de adaptação e aceitação de seu ambiente. Através desse contato inicial, as crianças podem fortalecer seus laços parentais e comunitários.

Entre fins do século XVI e início do século XVII dá-se uma modificação no entendimento sobre a infância, onde percebe-se o florescimento de dois sentimentos: a paparicação e a exasperação, devidamente importantes para se compreender os rebatimentos diretos na realidade de crianças e adolescentes em todo o mundo.

O sentimento da infância relacionado à paparicação referia-se a um comportamento originário de amas e das mães das crianças, tratadas muito mais como instrumentos de diversão e risos que propriamente integrantes da família, havendo uma preocupação limitada com os pequeninos, motivo pelo qual alguns estudiosos da época tanto se incomodavam com a maneira pela qual eram tratados, restrita a brincadeiras. Tal sentimento de infância, expresso na paparicação, por vezes era entendido como desresponsabilização dos pais quanto aos filhos, falta de zelo ou de amor.

Todavia, passado esse período, visualizou-se uma nova concepção de infância, agora balizada pelo reconhecimento da particularidade das crianças e da necessidade psicológica e moral de educá-las e mantê-las bem próximas, visto que nessas condições seria bem mais fácil controlá-las e fazer delas cultas, conforme os interesses dos pais, educadores e moralistas do século XVII.

Ainda nesse período, havia a ideia de que as crianças eram criaturas de Deus, entendimento da infância que se expandiu para o ambiente familiar, antes restrito aos eclesiásticos e homens da lei, estando, então, carregada de preocupações com a saúde

física e mental e a higiene das crianças, sem deixar de lado a importância da educação, instrumento pelo qual conquistariam seus objetivos. Aos poucos, a escola e a família foram colocando as crianças num contexto que lhes seria próprio, pois havia a prática de se manter os pequenos junto aos adultos tão logo completassem sete anos, idade a partir da qual passavam a ser contadas pelos pais como membros da família.

Todavia, em meados do século XVII e XVIII os infantes, inclusive meninas (anteriormente proibida), eram colocados em colégios para estudar, dada a preocupação dos pais em ver seus filhos preparados para a vida e compreenderem a escola como uma aliada para tanto. O interesse em vê-los bem socialmente era tanto que até internatos (até recentemente difundidos como mecanismos de “correção” dos menores) foram fundados para dar subsídio ao público e serviu de aliado para as famílias e o Estado no processo educativo dos filhos, haja vista reconhecerem as particularidades que perpassam a vida das crianças.

O renomado autor norte-americano Neil Postman (1999), em seu livro “O desaparecimento da infância”, faz afirmações relevantes no tocante a um problema que tem surgido há tempos, mas que, atualmente, tem causado modificações na sociedade em geral, evidenciando que estamos em processo de desaparecimento da infância e abordando diferentes causas e até reflexos perceptíveis no cotidiano social da situação. Compreendemos ter sido em outras épocas que foi construído um modo de ser, pensar e agir destinado às crianças e adolescentes e que hoje, reflete no atendimento, na compreensão e no significado da infância. Vale salientar que para as civilizações antigas, a infância representava apenas uma etapa da vida sem muita importância, pois, Aristóteles apud Postman (1999) embora não considerasse correta a crueldade empregada para com os pequenos, não proibiu a prática do infanticídio, nem enfatizou restrições à realização.

Pudemos, claramente, perceber a grandiosidade dada à educação pelos pensadores do período, a citar: Aristóteles, Platão (considerado o maior filósofo ateniense), os quais endossavam o discurso de que é necessária a educação para o povo, e em especial, as crianças, tornarem-se pessoas letradas e bem instruídas. Até mesmo os espartanos, tiveram clareza da importância da educação para a população, tendo fundado escolas, ainda que para ensiná-los poucas coisas.

Outro ponto bastante relevante colocado pelo autor supracitado (1999) se refere ao anúncio da ideia de infância, realizado primeiramente pelos gregos, a quem devemos

o devido reconhecimento. Por sua vez, os romanos retrataram as crianças em sua arte, trazendo à tona a crítica relacionada à forma despreocupada com que eram tratados os pequenos, pois conforme Quintiliano apud Postman (1999, p. 23):

Nós nos deliciamos se elas dizem alguma coisa inconveniente, e palavras que não toleraríamos vindas dos lábios de um pajem alexandrino são recebidas com risos e um beijo [...] ouvem-nos ressoar palavras obscenas, e são apresentadas a seus olhos coisas das quais deveríamos nos ruborizar ao falar.

Nessa citação, está presente uma característica da Idade Média, a vulgarização dos assuntos próprios para adultos, em especial, os assuntos sexuais, os chamados segredos dos adultos. Pudemos constatar que havia uma naturalidade por parte dos adultos em se tratando de todas as atividades cotidianas, inclusive para assuntos de interesse apenas dos adultos, os quais entravam em discussão na presença de crianças, dado que não havia distinção entre adultos e crianças na Idade Média.

A própria cultura do período medieval (ou a falta desta, para o autor) não trazia referência acerca da inadequação de assuntos de natureza sexual ou envolvendo utilização de bebidas alcoólicas nas vistas dos pequenos, fato confirmado pelas atitudes das pessoas na época, agindo com luxúria desenfreada e bebendo com crianças. Os cuidados necessários a toda criança, inclusive os de higiene pessoal, simplesmente não eram destinados a elas em seu cotidiano familiar e social. Uma prática bastante comum e aceitável em relação às crianças é a manipulação dos órgãos genitais, muito vezes desenvolvida pelos próprios pais, os quais fazem essa “brincadeira” com os filhos.

O autor mencionado (1999, p. 31) considera que “a falta de alfabetização, associada à falta do conceito de educação e o de vergonha são responsáveis pela inexistência do conceito de infância na Idade Média”. O autor não responsabiliza unicamente as mortes ocorridas como motivo que justifique o comportamento desapegado e até irresponsável dos pais e da família dos infantes, o que ocorria de maneira geral na sociedade do período. A morte das crianças apenas fortalecia a ideia de que era melhor não se apegar a elas que sofrer com sua partida, a qual demorasse muito ou pouco, sempre chegava.

Assim, as escolas, não eram necessárias para o público infantil, pois, pelo que sabemos as crianças não demorariam muito a desaparecer, até mesmo a literatura da época sequer trazia menções sobre os pequenos, não havia livros que abordassem a infância como categoria relevante a ser estudada e que despertasse interesse das

pessoas. Todavia, frisamos a modificação nessa realidade, depois de passados alguns séculos de utilização desse instrumento.

Ainda no século XVI, com o advento da prensa tipográfica, houve uma série de modificações no contexto social, fazendo surgir várias curiosidades sobre as crianças. A partir de então, tornou-se perceptível suas especificidades, estando a escola associada a esse progresso quanto ao entendimento concreto da infância que se estabelece nesse momento sócio-histórico de grande relevância à sociedade. Com a prensa tipográfica, várias conquistas se seguiram, a citar os primeiros livros impressos, inclusive livros de pediatria, até então inexistentes, considerados um avanço no tocante ao reconhecimento da particularidade da infância e aos cuidados que lhes são necessários, visto que nesse período a higiene pessoal e a saúde física se destacam na sociedade.

Por fim, Bárbara Tuchman (IDEM, 1999, p. 33) define a completa inércia da sociedade medieval para com as crianças, afirmando que “de todas as características que diferenciam a Idade Média da Moderna, nenhuma é tão contundente quanto a falta de interesse pelas crianças”. Tuchman resume a maneira com que eram vistas, compreendidas e tratadas as crianças no mundo medieval, ratificando as análises de Postman (1999) e Ariès (1961), detentores de bastante conhecimento acerca da infância e seu significado na Idade Medieval. É importante destacar a contribuição dos filósofos antigos para o entendimento da sociedade dos adultos e das crianças, já que agora havia tal distinção. Jean Jacques Rousseau e John Locke (apud Postman, 1999), estavam certos em seus palpites, para os quais “a criança é importante em si mesma, e não meramente como um meio para um fim” (IBIDEM, 1999, p.72).

Portanto, a leitura culminou no fim da infância e, conseqüentemente, a definição de adulto e do leitor, para os quais estava destinada a refinação da lingüística apontada por Locke e da linguagem apurada presente nos livros. Com eles, propagaram-se na sociedade da época o individualismo e o distanciamento entre aqueles detentores do saber e os que não o possuíam, em geral, as crianças. Conforme dito por Rousseau (IDIBEM, 1999, p. 27), “a leitura é o flagelo da infância, pois cria a idade adulta”, dado que em outras épocas não havia um mundo definido para adultos e crianças, condicionado ao fato de saber ou não ler.

Mesmo com os avanços oriundos dos meios de comunicação de massa, desde o século XVI até os dias atuais - advento da prensa tipográfica e, por conseguinte, o livro impresso, o telégrafo e a televisão - considera-se que tais conquistas contribuíram para

segregar ainda mais a criança do mundo adulto. Os segredos dos adultos já evidenciavam uma modificação em relação ao século XVI, estando presente o sentimento de vergonha, correspondente ao mundo moderno.

Vale destacar, em meados do século XVIII, a importância da revolução elétrica, com o telégrafo e da revolução gráfica, o que fez com que as notícias se espalhassem com facilidade e surgisse a instantaneidade e simultaneidade na comunicação e ao mesmo tempo a efemeridade do contato com as demais pessoas, permeadas pelas “necessidades” de consumo, o qual dava seus primeiros passos. Entretanto, diante da nova configuração da sociedade, inclusive da família, tidas como moderna, surge uma preocupação: a comunicação entre as pessoas, a linguagem falada, já prejudicada com o aparecimento dos livros e, conseqüentemente, a leitura.

Nesse sentido, ainda no século XIX e início do século XX, as crianças e os adultos não se diferenciavam em relação à interpretação das informações, pois estas chegavam aos dois segmentos etários da mesma maneira, uma vez que, segundo Postman (1999), seria bem mais fácil compreender uma dada informação através da imagem do que por escrito. Para Postman, é em 1950 que se dá o início do “desaparecimento da infância”, fato consolidado devido ao advento das revoluções elétrica e gráfica e a invenção e disseminação da televisão.

Assim, encerrado nosso passeio histórico, demos seqüência ao tema que em muito chamou-nos atenção e que com certeza, é bastante atual. O livro “desaparecimento da infância”, muito bem desenvolvido por Postman (1999), levanta uma polêmica de cunhos social, moral e familiar. De caráter social, por ter sua abrangência a toda sociedade em que estão presentes as crianças; moral pelo fato de suscitar questionamentos a respeito das possíveis causas desse desaparecimento e familiar, pois entendemos ser de extrema importância a presença da família em todo o processo de formação da criança.

Contudo, atualmente, os meios de comunicação de massa, com suas tecnologias aguçadas e constantemente modificadas, vêm contribuindo para afirmação da “teoria” de Postman, cada vez mais perceptível, acerca do desaparecimento da infância, enquanto pessoas em desenvolvimento moral, psicossocial, afetivo e detentoras de direitos que no Brasil estão preconizados na Lei Magna de 1988. As crianças, historicamente, não receberam atenção quanto à sua especificidade, tendo servido, inclusive, como mão de obra barata com o advento da Industrialização.

As afirmações de Postman (1999), nos dias atuais, fazem surgir questionamentos e a preocupação com o futuro das crianças. Em sua obra, foram apontadas as principais características de tal fato, as possíveis causas e os desafios postos à população mundial no tocante ao “adulto-criança” e à “criança-adulto”, ou seja, uma sociedade que não possui uma sequência de fases, dado que crianças e adultos são, muitas vezes, idênticos no comportamento, nas ações, na maneira de expressão. Atualmente, ler um livro parece mais uma atitude fora do contexto contemporâneo, onde são colocadas a nós freqüentes modificações nos hábitos, nos gostos e até mesmo nos valores seguidos pela sociedade do século XXI, a qual prega-nos o individualismo, o consumismo, a indiferença coletiva, dentre outros elementos.

Na era digital e tecnológica do século XX, cada vez mais a leitura torna-se artigo em desuso, tamanha facilidade e progressos tecnológicos que obtivemos. Porém, devemos lembrar que as relações sociais se estabelecem de uma forma bastante diferente. Hoje, dentro de poucos segundos um e-mail é enviado a várias pessoas simultaneamente e com bastante rapidez, tornando uma prática interativa em mero contato casual e rotineiro, sem maiores vínculos entre os envolvidos na ação. A televisão, logicamente, deu sua contribuição para o efervescer de uma cultura baseada no isolamento, na erotização, na indistinção quanto a crianças, jovens, adultos e idosos e onde velhos hábitos, como sentar à mesa toda a família reunida, são considerados ultrapassados e até inadequados para o cenário atual.

Nesse contexto, as crianças sofrem os rebatimentos diretos de tal domínio midiático em suas vidas, visto que não são, de fato, entendidas em sua essência, com maior profundidade, nem recebem a devida importância da família, voltada ao sustento do lar. Entretanto, o que ocorre é que as crianças estão sendo cada vez mais entregues aos ditames da mídia, inculcando-lhes conceitos e opiniões coletivas, já que as particularidades das pessoas não são consideradas importantes. Com a televisão, não há distinção entre idade, sexo, cor, raça, todos são “iguais”.

Sendo assim, percebemos que nem sempre a influência da televisão se dá de forma positiva, haja vista muitos programas trazerem cenas inadequadas para o público infanto-juvenil, através de imagens, com caráter ambíguo e algumas mensagens ocultas, as quais permanecem no imaginário de quem as vê, e muitas vezes, vem à tona, quando são vivenciadas situações semelhantes àsquelas exibidas pela TV. Assim, Postman afirma que:

[...] a televisão é uma linha divisória entre a infância e o mundo adulto por três motivos: o primeiro porque não requer aprendizagem específica; segundo porque não faz exigências complexas à mente ou ao comportamento; terceiro porque não segrega o público [...] (POSTMAN, 1999, p.94)

O autor analisa a falta de limites dos pais em relação aos filhos, isso evidenciado pelo descontrole familiar, a perda da autoridade paterna, (já percebida por Postman) e a forte influência da mídia nas vidas das crianças e adolescentes, o público mais vulnerável aos interesses da imprensa. Esclarecendo ainda diz que:

[...] a televisão abre as portas do armário mostrando as alegrias do consumismo. A televisão abre as janelas para o mundo ao mesmo tempo em que fecha as do jardim da infância [...] Não só a curiosidade da criança perde terreno, mas a autoridade do adulto [...] (IDEM, p. 94).

O autor evidencia uma das maiores e mais relevantes preocupações deste século: a criança transformada em adulto, pelos próprios hábitos, comportamento e visível homogeneização de gostos, costumes e valores, cada vez mais individualistas. O autor conclui afirmando que “[...] se olharmos de perto o conteúdo da TV, poderemos encontrar uma precisão não só da ascensão da criança 'adultizada', mas também a do adulto infantilizado [...]” (IBIDEM, p. 95). Constatamos assim, que as crianças necessitam de um acompanhamento contínuo, visto que estão em processo de aprendizagem e demandam cuidados, atenção da família. Daí a relevância de profissionais conhecedores dos direitos da criança e do adolescente, para acompanhar o cotidiano destas, inclusive assistentes sociais.

1.2 – A Criança no Brasil: a recepção de infantes em tempos de colonização

No momento em que nos referimos ao contexto sociohistórico das crianças no Brasil, costumeiramente utilizamos a autora Mary Del Priore em seu livro “A História das crianças no Brasil”. A autora traz uma imensurável contribuição no sentido de aclarar aos leitores a maneira como esses pequenos foram trazidos e recebidos em terras brasileiras, os quais, pelas funções desempenhadas, se fizeram denominar de pagens e grumetes pela população tripulante das naus portuguesas. A compreensão do processo histórico de tratamento à infância no Brasil nos leva a entender as consequências trazidas ao público infante-juvenil nos dias atuais.

No intuito de elucidar o momento histórico atual, o qual recebeu forte influência do século XVI, é cabível remeter atenção à chegada de meninos e meninas trazidas de Portugal nas embarcações lusitanas, para serem utilizados pela sociedade brasileira nas mais variadas funções, durante o longo e muitas vezes interrompido percurso, oriundo de países europeus e da Índia, com destino ao Brasil. Este século representa o marco das aventuras em alto mar vivenciadas por homens, mulheres e crianças, pertencentes às diversas classes sociais, desde filhos da nobreza, altos cargos da Coroa, até acompanhantes dos pais nas viagens e filhos de pobres que passariam a trabalhar no navio. As figuras do pagem e do grumete aqui se destacam e tornam-se mão de obra explorada física e sexualmente.

Na obra supracitada, é mencionada uma notável diferença entre o pagem e o grumete: sua atividade laborativa e os castigos que lhes eram infligidos. Enquanto ao pagem estavam atribuídas as atividades mais leves e menos perigosas, para os grumetes, estavam reservados os piores ofícios e os mais cruéis castigos. Como afirma o autor:

Diferentemente dos grumetes, embora na mesma faixa etária ou talvez um pouco mais jovem, as crianças embarcadas como pagens da nobreza tinham um cotidiano um pouco menos árduo, e muito mais chances de alcançar os melhores cargos da Marinha, sobretudo servindo a algum oficial da embarcação (RAMOS, 2008, p. 28-29).

Os pagens eram responsáveis por realizar tarefas mais fáceis e voltadas à organização e manutenção da ordem nos quartos e camas dos oficiais do navio, sendo que estes ainda lhes concediam proteção e, de certa forma, privilégios tanto financeiros quanto profissionais, pois alguns conseguiram oportunidades de ingressar na Marinha e fazer carreira, embora consideremos que eram poucas exceções à regra, servindo ainda para controlar e vigiar os grumetes em seus afazeres. Os grumetes, por sua vez, não recebiam o mesmo tratamento, nem pelos tripulantes nem pelos oficiais da nau e suas atividades destinadas correspondiam às mais duras e penosas que deveriam estar sendo efetuadas por um adulto (IDEM, 2008).

Porém, é válido ressaltar que em decorrência das péssimas condições de vida, envolvendo alimentação, moradia, lazer (entenda-se descanso) e levando em conta que os tripulantes dos navios da época pouco tinham acesso a tais necessidades, apontamos a alta mortalidade dos integrantes das naus, muitas vezes, substituídos pelos pagens e grumetes. Dessa forma, entendemos que a vida e a sobrevivência nas embarcações não

era nada fácil e cheia de superações, dia a dia. Os desafios que lhes apresentavam, eram muitos, entretanto, maiores eram os “planos” há muito traçados para esses pequenos, definidos pelos membros da Nobreza e dos altos cargos da Coroa, inclusive a desumana realidade de abuso sexual vivenciada pelos pagens e grumetes.

Para Ramos (2008), no que tange à prática do abuso sexual, esta concretizava-se nos próprios navios, sendo realizada pelos tripulantes, oficiais, marinheiros, cuja justificativa mais frequente era a quase inexistência de mulheres nos navios para suprir as “necessidades” dos homens. Tanto pagens quanto grumetes eram abusados, dado que não havia uma proteção às crianças, o que evidencia certa facilidade em relação aos abusos sexuais e constantes estupros, uma vez que as órfãs Del Rei, como eram chamadas as meninas e mulheres ainda jovens trazidas de Portugal, até mesmo prostitutas, haviam sido “abrigadas” nos orfanatos, no sentido de esconder da sociedade as “pecadoras” (ciganas) tidas como “infiéis” pela população da época, pelo fato de não aceitarem o Cristianismo. Tal realidade se configurou como normal e bastante presente, sem que houvesse interpretações acerca da real gravidade de tal fato.

Uma das principais consequências desse descaso é que elas acabavam morrendo antes de chegar ao Brasil ou qualquer outro país. Conforme exposto:

O menor mal que podia sofrer após viver alguns meses no mar, quando tinha sorte, era o de sofrer um grande trauma e deixar de ser criança; ver seu universo de sonhos, esperanças e fantasias desmoronar diante da cruel realidade do cotidiano de naus do século XVI; perder sua inocência para nunca mais recuperá-la (IBIDEM, p.49).

Assim, das poucas crianças embarcadas, apenas um número ínfimo delas chegava ao seu destino final, devido aos obstáculos enfrentados no percurso, associados ao péssimo tratamento conferido aos tripulantes do navio, especialmente às crianças, haja vista que serviam como trabalhadores braçais e vítimas de abusos sexuais.

1.3 Vivências Infantis de uma Realidade Adulta: o cotidiano das crianças ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX

Após a chegada das primeiras crianças no Brasil, no cenário de Brasil Colônia e, posteriormente, Império, são evidenciadas na obra “A História das Crianças no Brasil” organizado por Mary Del Priore (2008), situações rotineiras vividas pela sociedade

brasileira, em especial, por mulheres que desejavam ou geravam filhos e esperavam vê-los crescer. Desde a gestação até a hora do parto, (dado que havia todo um ritual para a chegada da criança), estavam presentes parteiras, rezadeiras, protetoras contra todos os males que atingissem os nascituros, além do que “as mães tinham que mostrarem-se rijas e varonis durante o parto, amparadas pelas comadres e aparadeiras” (IDEM, p.86).

A alimentação dada para a criança em processo de desenvolvimento e crescimento constituía-se numa forma de enfraquecimento das crianças, ao invés de fortalecê-las. Os alimentos dados à criança eram impróprios e em demasia, o que justifica o motivo pelo qual adoeciam, pois as mães, visando nutrir bem seus pequenos, davam-lhes comidas inadequadas, “causando-lhes problemas de digestão, gastroenterite”, entre outros, posto que “não havia diferenças entre a alimentação infantil e a adulta” (IBIDEM, p.88-89).

O perigo eminente das bruxas era uma preocupação constante às mães, motivadas a uma série de práticas em defesa dos pequenos. “Os primeiros excrementos do bebê eram utilizados como remédios para manchas nos adultos, enquanto que as unhas e o umbigo eram enterrados” (IBIDEM, p. 87). Entretanto, o motivo pelo qual as crianças morriam não se tratava das “bruxarias” destinadas aos infantes, mas das próprias condições de tratamento e cuidados direcionados aos pequenos. As doenças mais comuns à época eram: a sarna, a erisipela, a impingem, o sarampo.

Diante disso, as mães com dificuldade em amamentar recorriam ao aleitamento proporcionado por amas-de-leite “atingidas por sífilis, boubas e escrófulas”, o que, possivelmente, prejudicava a saúde frágil das crianças. Outras enfermidades também causavam a morte ou o adoecimento desses infantes, a citar: “a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a umidade das casas, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras que estão presentes até hoje” (IBIDEM, p. 92). Passado o perigo iminente de morte, estas eram, conforme sua cultura, embaladas com cantigas, onde visualiza-se a importância em estabelecer o contato pessoal e ensiná-los a doutrina católica. Conforme a autora:

Para além dos cuidados materiais, as crianças recebiam, igualmente, aqueles espirituais [...]. O batismo consistia não somente num rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, mas uma forma de dar solenidade à entrada da criança nas estruturas familiares e sociais (IBIDEM, p. 94).

Os laços afetivos entre pais e filhos estreitaram-se, inclusive o apego do pai em relação ao filho, dando-lhe limites, impondo regras enquanto pai. A mãe estaria destinada a amar, fazer dengo, cuidar de sua higiene, contar estórias, dentre outras “funções” próprias às mães da sociedade brasileira de fins do século XVIII, merecendo destaque a “ama negra”, que, segundo Gilberto Freire apud Del Priore (2008), contribuiu nos cuidados e na criação de crianças livres brasileiras na Colônia e Império.

Ao chegar à fase de aprender, as brincadeiras eram deixadas e era introduzida a preocupação com a educação, com as noções da doutrina cristã e eram ensinadas a ler e escrever. Os valores e opiniões transmitidos eram tidos como “corretos”, no intuito de tornar essas crianças pessoas responsáveis e seguidoras da vertente católica. De acordo com Del Priore, o médico mineiro do período setecentista, Francisco de Mello Franco (1790), pontuou que os carinhos mais explícitos não devem ser dados publicamente pelos pais e [...] afirmou que “a educação é tanto física quanto moral [...]; é o mais poderoso expediente para conseguir até certo ponto notável alteração no temperamento originário das crianças [...]” (IBIDEM, p.105).

No intuito de demonstrar o decurso sociohistórico em que estão inseridas crianças e adolescentes no Brasil, é válido destacar a visão e o tratamento direcionado aos infantes no decorrer do século XVIII, onde se verifica o tráfico e a exploração da mão de obra negra e africana nas plantações de cana de açúcar e na mineração nas Minas Gerais¹. De acordo com Scarano (2008), poucas crianças negras aportaram no Brasil, pois não era viável contratá-las para trabalhar em sua condição física e psicológica. A autora afirma ainda que “a criança é mencionada apenas marginalmente, e somente quando se torna coadjuvante ou partícipe em uma ação [...]” sendo difícil sua sobrevivência (IDEM, p. 108).

Na sociedade urbana e mineradora da época, as crianças negras eram as mais prejudicadas pelo esquecimento e descaso. Os filhos pequenos viam-se, obrigados, pelas circunstâncias, a trabalhar para sustentar as despesas da casa. Nas fazendas e dentro das casas dos proprietários de terras e escravos, estas, ainda que livres, freqüentavam os mesmos locais que os filhos dos patrões, servindo desde brinquedos para seus filhos, até mesmo como distração para as mulheres ricas. Enquanto grupo étnico mais relevante

¹ Terminação utilizada conforme era conhecida a localidade à época, pelo fato de, naquela região, haver bastantes minérios, os quais estavam sendo extraídos em larga escala.

das Minas Gerais, os mulatos e mestiços representavam a miscigenação racial, étnica e cultural existente no Brasil no século XVIII.

Vale salientar uma prática bastante disseminada no século XVIII que era o batizado das criancinhas, ainda bem pequenas, para integrarem o contingente católico do país. O batismo constituía-se numa forma pela qual a criança passaria a ser aceita perante toda a sociedade, transmitindo aos infantes os preceitos da Igreja Católica. Os filhos de pobres e escravos eram em geral, apadrinhados pelos membros da nobreza e proprietários das lavras, tornando-os livres. O sacramento do matrimônio entre pessoas de etnias diferentes, inclusive entre brancos e mestiços era bastante aceito, pois, além de “santificar” as uniões, contribuía para a diminuição dos filhos ilegítimos (IBIDEM, 2008).

A autora evidencia em seus escritos uma forte tendência e uma prática corriqueira na sociedade brasileira do século XVIII: a desvalorização da criança, sobretudo, a negra, mestiça e escrava, cada vez mais presente. Scarano (2008, p. 120), demonstra a falta de comprometimento social e coletivo, com relação às crianças, em especial, negras e escravas, sem grande valia para o trabalho pesado na mineração. A autora afirma que não eram todos os pequenos que tinham a “sorte” de ter liberdade.

Nesse cenário, evidenciamos a presença ativa de infantes nos demais setores da sociedade mineira, mencionando suas contribuições enquanto integrantes de grupos de músicos, das bandas, dos desfiles e eventos relacionados à Igreja. A autora (2008, p. 127) afirma que “pessoas de todas as cores e categorias tomavam parte integrante nas procissões e comemorações”, inclusive as crianças. O decorrer do século foi perpassado pela falta de comprometimento para com as crianças, sendo comum registros de mortes de infantes, ocasionados pela ausência dos cuidados mínimos, associados às péssimas condições de vida e alimentação, fazendo da infância apenas uma etapa rápida da vida.

Dando sequência ao nosso passeio secular e histórico, e adentrando na trajetória de vida das crianças escravas, inseridas no setor agrário do Rio de Janeiro, tomamos por referência o tráfico negreiro de escravos através do Oceano Atlântico com destino ao Brasil, o qual modificou o rumo, os sonhos e o cotidiano de milhares de pessoas, inclusive crianças. Diga-se de passagem, a agroexportação de café e açúcar eram as culturas de maior destaque no cenário brasileiro, destacando-se no mercado mundial.

Desse modo, os autores José Roberto de Góes e Manolo Florentino (1997) evidenciam a presença de crianças nas áreas rurais do Rio de Janeiro à época do plantio

e colheita das culturas de café e açúcar, considerando ainda que “os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos” (IDEM, p. 180). Salientam a constância de crianças órfãs nesse período, muito embora estes não ficassem desamparados e sozinhos, visto que, geralmente, havia algum parente nos planteis (IBIDEM, 1997).

Até os doze anos de idade, a criança era adestrada para o trabalho e a vida em sociedade, nem sempre realizado de maneira dócil e paciente. Comumente, as crianças eram provadas pela dor, aflição e humilhações das mais diversas, efetuadas pelos patrões e seus filhos. Conforme Henry Koster (1978) apud IBIDEM, 1997, p. 188), “todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar [...]”, o que evidencia o caráter repressor e preconceituoso existente na sociedade brasileira. Assim, traçados os longos e desafiantes caminhos percorridos por crianças de todas as idades ao longo dos últimos séculos, chegamos ao século XX.

1.4 Século XX: as transformações societárias no tocante ao segmento infanto-juvenil brasileiro – avanços e continuidades

Enveredando pelo século XX, destacamos as mudanças culturais havidas no modo de agir das moças, o que causou tanta surpresa e críticas. A autora Martha Abreu (1989) instigou a sociedade a uma reflexão sobre a honestidade e a moralidade, perpassadas pelos princípios da sexualidade. Os juristas e promotores à época davam direcionamento específico aos casos de meninas não virgens: “condenavam” as que haviam sido defloradas, no sentido de culpabilizá-las por tal ação, pois a situação constituía-se numa “preocupação dos governantes e de interesse público [...]” (ABREU, 1989, p. 290). Enfatizavam-se os defloramentos, “[...] no sentido de explicitar a falta de honestidade e honra relacionada à virgindade física e moral” (IDEM, p. 292).

Em decorrência dos constantes casos de defloramentos e estupros, entendidos como atitudes impróprias por parte das mulheres, frisamos a dificuldade em se provar que foram motivados pelas promessas falsas de casamento e “amor eterno”. As meninas se utilizavam desse argumento para não serem mal vistas pela família, ainda que houvesse certa permissividade dos pais. Os rapazes, por sua vez, diziam que já haviam encontrado a moça desvirginada, desresponsabilizando-se da “culpa” pelo defloramento.

Contudo, devemos considerar as alterações de cunho social, cultural e sexual na sociedade do século passado, com relativa liberdade de ir e vir para as mulheres.

Diante disso, “a noção de virgindade ultrapassava em muito os limites físicos da membrana hímen e dificilmente uma moça pobre conseguiria se enquadrar nessas exigências” (IBIDEM, p. 293), relacionadas aos valores de uma mulher honrada, mãe e educadora de uma nova geração, seus filhos, a quem deviam tornar homens de bem e honestos. Nesse cenário das primeiras décadas do século XX, as mulheres eram mantidas sob os comandos masculinos, com padrões de comportamento estabelecidos.

Em meados do século XX, percebemos as modificações ocorridas nos cenários social, político, cultural e econômico que influenciam diretamente na maneira como foram e são tratadas as crianças e adolescentes no país. A década de 1920 foi um solo fértil no tocante à preocupação com crianças e adolescentes, embora saibamos que tal cuidado se dava de forma repressiva, fragmentada e autoritária, variando de acordo com o regime político da sociedade brasileira, não interessada com as parcelas marginalizadas. Nessa década, os problemas surgidos em decorrência de crianças e adolescentes foram considerados como uma das expressões mais contundentes da Questão Social na atualidade (PASSETTI, 2008).

Nesse contexto, o Estado, percebendo a impossibilidade de manter-se inerte aos problemas que envolviam o público citado e objetivando atender aos “menores”², já que, como era difundida na sociedade, a família não cumpria com suas atribuições enquanto núcleo essencial para o desenvolvimento de verdadeiros cidadãos. Dessa forma, objetivando “afastá-los” da criminalidade, foram criados diversos mecanismos para conter os “vícios” para os quais se inclinavam, muito embora, por vários motivos não tenha logrado êxito em suas ações. Entretanto, destacamos as políticas sociais, como instrumento de reprodução de ideais campanhistas e segregadores.

Dessa forma, a educação passou a ser atribuição do Estado desde 1934, através da qual meninos “tendenciosos à delinqüência”, trilhariam outros caminhos, estando a família e a sociedade incutidas de zelar por eles. Para tanto, considerava-se que a escola e o mercado de trabalho contribuam para uma sociedade livre de “delinqüentes”.

² Terminologia utilizada para designar crianças e adolescentes envolvidos no crime, em práticas ilegais, até recentemente usado para caracterizar pessoas em “situação irregular”. Atualmente, o termo menor é propagado ainda no meio jurídico, sendo fruto de décadas de estigmatização e crueldades.

Destaquemos o fato de que a diferenciação entre menor e criança é definida juridicamente e pelo ramo da saúde, para a qual a criança é um “organismo integrante de uma espécie e de um grupo social, etapa do processo evolutivo [...] em processo de desenvolvimento biopsicossocial” (ARANTES, 1999, p. 207). O menor, por sua vez, recebeu do ordenamento jurídico uma definição referente aos pensamentos reinantes à época de República. Para o autor (1999, p. 207), “menor indica que o indivíduo, embora sujeito de direitos, não se encontra apto ao exercício pleno da cidadania [...]”. Em fins do século XIX e início do XX, “o menor era [...] a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente” (IDEM, 1999, p. 209).

Portanto, para atender, controlar e “salvar” a sociedade dos “menores perigosos”, estabeleceu-se o Código de Menores de 1927 - Mello Matos - o qual “traz inovações, e sua leitura é, não raro, feita como fabricação ou invenção da questão do menor [...] o qual incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva”, conforme Botelho (1993, p. 21) apud Rizzini (1999). Vale destacar os internatos, cuja tarefa era a “correção” de comportamentos, por meio de tortura e medo. Havia uma naturalidade quanto ao internamento de crianças e adolescentes, considerado positivo para a formação pessoal e possível integração social (PASSETTI, 2008).

Com a criação do SAM – Serviço de Assistência ao Menor, em 1941, no estado do Rio de Janeiro, visando “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares”, ainda que os resultados nem sempre fossem condizentes com a realidade, foram desenvolvidas a Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM e à FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, enquanto mecanismos estatais para coibir e “ressocializar” as crianças infratoras (IDEM, p. 362).

Criada em 1964, no início da Ditadura Militar, a PNBEM para o referido autor, tinha por prioridade reverter a “cultura de violência” e “[...] romper com a prática repressiva, criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados e infratores, seus traços de personalidade [...]” (IBIDEM, p. 357). Nesse período, são chamados ao trabalho milhares de profissionais das diversas áreas, trazendo à tona uma perspectiva interdisciplinar. Em seguida à PNBEM, é apresentada a FUNABEM, também na década de 1960, voltada a educação sem vínculos repressores,

apesar do viés autoritário do Estado, o que representa o fracasso das muitas ações voltadas à proteção infanto-juvenil, devido às transgressões à lei.

Após décadas de opressão, maus tratos e esquecimento por parte do poder público, presente apenas nos momentos de punição, surge o novo Código de Menores de 1979, o qual “dispunha sobre a assistência, proteção e vigilância dos menores de 18 anos e entre 18 e 21, nos casos expressos em lei” (Código de Menores, art. 1º, 1979). Neste, os menores deixaram de ser vistos como carentes e delinquentes, mas como “menores em situação irregular”. Todavia, passadas décadas, e porque não dizer, séculos de estigmatização, crueldade e repressão no que diz respeito ao segmento infanto-juvenil, pudemos vislumbrar uma “luz” ainda que tímida, no fim do túnel: a Constituição Federal de 1988 que destaca e redimensiona o atendimento às crianças e adolescentes na sociedade brasileira, com políticas sociais a eles direcionadas, ainda que se dêem de uma forma que deslegitima os direitos que lhes são cabíveis, nos artigos sobre saúde, educação, liberdade, igualdade e convivência familiar e comunitária.

Tal legislação possibilitou as discussões sobre o tratamento dado as crianças, ora com desprezo e indiferença, ora com crueldade e repressão, sendo necessário darmos respostas eficazes às demandas relacionadas ao público infanto-juvenil, buscando efetivar seus direitos com políticas públicas específicas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, promulgada em 13 de julho de 1990, esclarece as atribuições da esfera estatal, da família, da escola e da sociedade civil e em seu artigo 4º (também presente no artigo 227 da Constituição Federal) está preconizado com “absoluta prioridade” o atendimento e a destinação de recursos voltados à proteção da criança e do adolescente, bem como a preferência na formulação de políticas sociais. Com o Estatuto, as crianças e adolescentes passaram a ser vistas como detentoras de direitos e de atenção prioritária, muito embora saibamos que a realidade da maioria é diferente do proposto pela legislação, um dos maiores desafios a toda a sociedade, ao poder público e à família.

No entanto, ainda que o ECA represente avanços no que tange ao papel do Estado quanto às políticas sociais, considerada “a mais avançada legislação para a criança e o adolescente que se criou no Brasil” (IBIDEM, p. 371), verificamos cotidianamente a impossibilidade estatal em abarcar todas as responsabilidades no tocante às políticas públicas, inclusive aquelas voltadas ao segmento infanto-juvenil. Nesse contexto, percebe-se a relevância das organizações não-governamentais (ONG’s)

na sociedade brasileira, estando presente nas diversas esferas, devido ao afastamento e sucateamento dos serviços ditos de “responsabilidade do Estado”.

Diante disso, compreendemos ser necessário o entrosamento entre as esferas governamentais e não governamentais, muitas vezes, mais atuantes e responsáveis pelas atribuições que lhes são pertinentes, tamanha inércia do Estado quanto às suas tarefas. Conforme Passetti (2008, p. 367), “acompanha-se um novo direcionamento internacional para as políticas sociais com redução no investimento estatal e ampliação na participação filantrópica da sociedade com apoio nas iniciativas empresariais”, o que reflete na pobreza, cada vez mais utilizada como mecanismo de manutenção de entraves que agravam o problema, ao invés de amenizá-lo.

Portanto, sabedores dos entraves existentes para efetivação dos direitos pertinentes a crianças e adolescentes no Brasil, consideramos fundamental a participação ativa da sociedade, as quais venham a contribuir para uma realidade menos cruel, repressora e legitimadora de ideias neoliberais, as quais, segundo Passetti (2008), definem os jovens em conflito com a lei como pessoas que devem estar presas e afastadas do convívio social, dado que o neoliberalismo, em sua essência, é segregador e preconceituoso, posto que vê como positivo as prisões e internatos, enquanto lócus de “confinamento e mortificação” de jovens tidos “criminosos” (IBIDEM, p. 373).

Assim, acreditamos que uma nova realidade para esses jovens não será vivenciada se continuarmos agindo separadamente e com perspectivas diferenciadas, pois os desafios são muitos e as possibilidades restritas, entendendo que essas respostas são fruto de séculos de submissão e violação de direitos, entre elas o abuso e a exploração sexual de adolescentes, temática circundante em nosso estudo.

2 A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: EXPRESSÕES E CONSEQUÊNCIAS

2.1 A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes no Brasil

Para adentrarmos na temática referente ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, é válido destacarmos, inicialmente, sobre a violência sexual vivenciada com frequência por esse público, nos vários âmbitos da sociedade. Este, contudo, será um momento de construção de conceitos e definição de características, as quais contribuem para a identificação de pessoas em “situação de risco”, ou seja, pessoas que vivenciam situações inadequadas à sua idade e maturidade. Assim, podemos afirmar que foram necessários diversos movimentos, anos de luta, superação e mobilização, até alcançarmos avanços em termos de visibilidade e “atendimento” de suas necessidades, na perspectiva de direitos, no âmbito das políticas sociais ditas como prioridade para tal segmento.

No Brasil, as alterações de cunho social passaram a ser sentidas com mais intensidade a partir da década de 1990, inclusive a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, em especial, após as conquistas no âmbito do direito - a Constituição Federal e o ECA - os quais são fruto de muitas e contínuas mobilizações no sentido de remeter destaque ao segmento infanto-juvenil brasileiro. Diversas organizações governamentais e não - governamentais desenvolveram ações voltadas ao público citado, sendo que tais manifestações foram sentidas por quem estava mais próximo de tal realidade, seja enquanto espectador seja como integrante dos movimentos em favor dos direitos do público infanto-juvenil.

Todavia, não será de nosso interesse elucidar nesse momento as mobilizações que se fizeram imprescindíveis para conquistarmos a legislação específica ao público infanto-juvenil, cujo especial destaque deve ser dado no tocante ao abuso e exploração sexual, mais recentemente colocada entre os principais temas debatidos em eventos e pesquisas cujo foco é crianças e adolescentes. Tivemos por intenção demonstrar que algumas sementes foram lançadas, por maiores que tenham sido as dificuldades, e que algumas destas germinaram, dando esperança às nossas crianças e adolescentes.

Consideremos que a sexualidade infanto-juvenil ainda é vista como tabu, sendo por esse motivo imprescindível haver a constante discussão sobre o tema, no sentido de

orientar e esclarecer às crianças e adolescentes sobre suas sensações, mudanças corporais e de caráter psicológico, acreditando ser a educação informativa e, portanto, preventiva, uma das melhores opções de enfrentamento ao problema do abuso e exploração sexual. É válido ressaltar que os entraves ao tratar-se do assunto é proveniente de vários séculos de construção social e moral, na qual foram colocadas regras que deveriam ser seguidas piamente, sem contestação. Contudo, nem sempre é melhor e mais seguro para os jovens inexperientes ter conhecimento de tais questões apenas quando já as vivenciam, pois aqui estão presentes as fragilidades e os riscos de abusadores aproveitarem a inexperiência dos menores para entrarem em ação.

A violência sexual contra crianças e adolescentes não é algo novo. No tocante à realidade brasileira, é interessante destacar que desde os tempos de Colonização já havia a utilização de crianças e adolescentes em práticas sexuais, perdurando até os nossos dias (Del Priore, 2008). Entretanto, não sabemos se tais ações se davam de maneira explícita ou disfarçada, pois em algumas sociedades do período, não existia a ideia de crime ou ilegalidade quanto a essas práticas, em alguns casos, sendo até aceitas pelos demais membros da comunidade, variando apenas com a cultura. Posteriormente, como sabemos, foi estabelecida uma idade permitida para a atividade sexual entre adolescentes (entre si) e adultos, correndo o risco de receber sanções legais àqueles que cometessem transgressões no tocante às crianças e adolescentes brasileiros.

Conforme o Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2004), em nosso país, as primeiras organizações voltadas à problemática surgem apenas na fase pós-ditadura, em meados de 1980, o que “não corresponde à ausência de serviços que atendessem ao público infanto-juvenil, muito menos que não eram abusadas, exploradas, maltratadas e negligenciadas” pelos vários segmentos da sociedade, inclusive a família, haja vista que os maiores índices de abuso sexual são realizados por algum parente próximo à vítima. Contudo, registra-se que apenas em fins de 1980 e início de 1990, especificamente em 1991, tornou-se visível à sociedade a realidade de exploração sexual com fins comerciais a qual estava submetida um número incontável de crianças e adolescentes.

Ressaltamos a importância da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (PNEVSIJ), ocorrido em 2000 e realizado em Natal/RN, tendo sido realizado por órgãos internacionais, ONG`s, Governo Federal e aprovado pelo CONANDA – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, criado

em 1992, no sentido de identificar as articulações existentes no país no que tange à problemática e fortalecer as ações de intervenção efetuadas, enquanto formas de enfrentamento à questão. Segundo o Guia Escolar (2004, p. 16),

Hoje, a estratégia do Governo é a necessária integração dos programas dos vários setores governamentais em todas as esferas e das organizações não-governamentais. A prioridade é fomentar a implementação, o fortalecimento e a avaliação de ações que visem real impacto na vida de muitas crianças, adolescentes e suas famílias.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, é crime, estando preconizada na Constituição Federal de 1988, no ECA e no Código Penal Brasileiro (1942), os quais estabelecem penalidades a serem direcionadas àqueles que desrespeitarem as leis, tendo por objetivo proteger o referido público. De acordo com o artigo 227 da CF/88 e o artigo 4º do ECA, é “atribuição do Estado, da família e da sociedade assegurar às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, os direitos” cabíveis a todo ser humano, devendo mantê-los a salvo de qualquer dano relacionado a violência, em todos os âmbitos, em especial, a sexual.

De acordo com o Código Penal de 1942, a violência sexual define-se pela prática de atos libidinosos mediante violência ou grave ameaça. Estes atos “podem provocar sensações extremamente prazerosas, que se tornam violência quando são forçados, usando-se mecanismos que anulam ou limitam a vontade pessoal”, havendo ainda a divisão dos atos libidinosos (conjunção carnal) e outros atos (atentado violento ao pudor e corrupção de menores (HAZEU; FONSECA, 1997, p. 11 apud IDEM, p. 59), com respectiva penalidade.

Todavia, devemos considerar o período histórico em que o Código Penal foi publicado, demarcando estreitas relações de gênero e cunho moralista. A preocupação predominante no Código Penal se refere à questão da virgindade feminina, haja vista estabelecer para o sexo masculino a violência sexual como atentado violento ao pudor e corrupção de menores, colocando o estupro como uma violência existente apenas para com as mulheres, para as quais direcionavam os olhares no sentido de manter sua “honra” preservada, sinal de “mulher honesta” (IBIDEM, 2004).

Sendo assim, a violência sexual “tem origem nas relações desiguais de poder, dominação de gênero, classe social e faixa etária, que, sob o ponto de vista histórico e cultural, contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores” (ANDI, 2002

apud IBIDEM, 2004). A frequência desses atos criminosos contra crianças e adolescentes faz-nos pensar sobre as possíveis causas da violência sexual, muitas vezes concretizada pela fragilidade da criança ou adolescente, tanto para resistir à abordagem quanto para denunciar, sendo que, por diversas vezes, não são ouvidas, sequer acreditam em seus relatos, sempre tão sofridos e traumatizantes, envolvendo pessoas de seu círculo de amizades e convívio social ou mesmo da esfera doméstica.

Desse modo, definem-se dois tipos de violência sexual, a saber: o abuso e a exploração, as quais são diretamente relacionadas entre si, entretanto, possuem características próprias e específicas. Para a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Criança (2002), o abuso sexual (com ou sem contato físico) se dá por meio de ações de cunho sexual (nem sempre explícitas), nas quais são colocadas as crianças e adolescentes, onde nem sempre é necessária a conjunção carnal para ser caracterizado o abuso sexual, pois o mesmo se dá desde o “aliciamento”, utilizando-se para tanto, da sedução, da ameaça e da troca de favores, incluindo presentes à vítima do abuso.

Segundo a ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (2002), o abusador “se aproveita do fato da criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento. A criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir o seu consentimento”, podendo se dá em todos os locais em que a criança ou o adolescente frequenta, motivo pelo qual, muitas vezes é complexo sua identificação, haja vista que as próprias vítimas se sentem culpadas por permitirem que tais “coisas” aconteçam.

Sabemos que existem inúmeras causas para que ocorram o abuso e a violência sexual, bem como formas de expressão dessa violência, entretanto, devemos considerar a conexão existente entre os aspectos culturais (o incesto e a pedofilia), os de saúde mental (doenças mentais que geram a ausência do sentimento de culpa em atos violentos ou perda momentânea dos impulsos agressivos), os jurídico-legais (o papel da sociedade em fiscalizar o cotidiano infanto-juvenil e do Poder Judiciário em punir as possíveis transgressões da lei no tocante a crianças e adolescentes vitimizados) no tocante à ocorrência da violência sexual, seja esta, abuso ou exploração sexual.

Salientamos ainda os aspectos político-sociais e os econômicos, para os quais, o Guia Escolar (2004, p. 44) aponta, respectivamente, “a fragilidade de políticas públicas na área social como fator crucial para a existência e persistência de violência sexual”, bem como o fato de que “a sociedade brasileira trata desigualmente autores de agressão

e vítimas de acordo com a classe social, a etnia, gênero e faixa etária e afeta com mais intensidade meninas entre 7 a 14 anos, negras ou pardas de camadas populares do que outras crianças e adolescentes”.

Muitos são os sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes, explícitos ou não explícitos, os quais se fazem definir no próprio cotidiano dessas pessoas, a partir dos quais identificamos por meio da observação. Alguns mais evidentes destes são: “enfermidades psicossomáticas, DST’s, medo extremo do escuro e de pessoas de seu meio social e comunitário, isolamento, comportamento agressivo, sexualidade aguçada e imprópria à idade, fuga do contato físico”, entre outros sinais, ou seja, a criança ou adolescente abusado sexualmente expressa de diversas formas a violência vivenciada, entretanto, isto não torna mais fácil de identificá-la e, a partir de então, dar os direcionamentos cabíveis (IBIDEM, p. 47-49).

No tocante às consequências do abuso sexual para o segmento infanto-juvenil, pontuamos alguns dos indícios mais marcantes, a citar:

As seqüelas dos problemas físicos gerados pela violência sexual, dificuldade de ligação afetiva e amorosa, dificuldade de manter uma vida sexual saudável, tendência em supersexualizar os relacionamentos sociais, prostituição, viciação em substâncias tóxicas, lícitas ou ilícitas (IBIDEM, p. 52-54).

É interessante considerarmos ainda o “início do abuso sexual, sua duração, a frequência, o grau de ameaças feitas, os laços de afetividade com o abusador, a ausência dos pais, a percepção da violência por parte das vítimas, o sigilo” existente nesses casos, dentre outras características determinantes às pessoas mais próximas da criança ou adolescente, no sentido de identificar os casos de abuso sexual e encaminhá-los para devidas resoluções legais (IBIDEM, p. 53-54).

A responsabilidade pelos crimes sexuais é verificada em decorrência da “presunção da violência ou inocência da vítima”, fatores que nem sempre contemplam os aspectos necessários à análise mais apurada dos fatos, visto que “qualquer ato sexual realizado entre criança ou adolescente e um adulto, ainda que não tenha sido realizado com o uso da força, é entendido como violência” (IBIDEM, p. 62).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - é considerado um marco legal direcionado especificamente ao segmento infanto-juvenil, trazendo à sociedade, à família, ao Estado competências a serem postas em prática pelos cidadãos e pelo poder

público na forma de políticas sociais. Assim, podemos afirmar que existe estreita relação entre os pressupostos do ECA e o enfrentamento aos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, tendo em vista que se estabelecem punições de acordo com os preceitos da legislação brasileira.

O ECA está fundamentado em várias legislações, dentre elas: “a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989)” (IBIDEM, p. 63). Todos os marcos doutrinários, aqui mencionados, deram sua contribuição no tocante à elaboração de políticas sociais que atendessem às particularidades de cada país e de seu povo, em especial, suas crianças e adolescentes.

No intuito de fazer cumprir os princípios do ECA, principalmente no que tange a prática dos crimes sexuais e objetivando punir os abusadores e minimizar as possíveis reincidências da violação de direitos, verificamos a existência de medidas de enfrentamento, previstas em lei, as quais vêm a regulamentar:

A obrigatoriedade de notificação dos casos de abuso aos conselhos tutelares, o afastamento do agressor da moradia comum à vítima, proibição do uso da imagem de crianças ou adolescentes para fins pornográficos, penalização para aqueles que submeterem o segmento infanto-juvenil à prostituição e exploração sexual, assim como o agravamento da pena para os crimes de maus-tratos, estupro, atentado violento ao pudor contra menores de 14 anos (IBIDEM, p. 64).

Ao longo deste capítulo, pudemos apontar a violência sexual contra crianças e adolescentes, os sinais mais recorrentes, algumas causas, as possíveis consequências, inclusive formas de enfrentamento ao problema. Entretanto, percebemos a relevância em se tratar as iniciativas e medidas efetuadas quando o abuso sexual já ocorreu, visto que não podemos remediar a situação, mas é necessário fazer valer os direitos às vítimas da violência e aos familiares envolvidos no caso, com apoio familiar e afetivo.

Diante disso, é cabível pontuarmos as ações que devem ser tomadas tão logo seja detectado o abuso sexual infanto-juvenil, considerando que tal desrespeito requer penalidades aos responsáveis (abusadores) e atendimento especializado às vítimas, no sentido de ajudar essas pessoas a se reintegrar na sociedade e em sua família, visto que algumas vezes, ocorre o isolamento social depois da violência concretizada, dentre outras consequências do abuso sexual.

Sendo assim, compreendendo que para uma abordagem específica e, ao mesmo tempo, universal das questões pertinentes ao problema referenciado, podemos verificar a ineficácia das organizações governamentais e não-governamentais perante a realidade de violência sexual, presente e multifacetada no contexto contemporâneo de constante exploração do homem, como meio de sobrevivência. Por fim, salientamos a fundamental importância de ações mais efetivas e contínuas, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no tocante às respostas possíveis de serem dadas, através de atendimento nos serviços de saúde, assim como acolhimento psicossocial e jurídico-social, os quais se constituem também como instrumentos de enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Tratar dessas questões referentes ao abuso sexual requer um trabalho desenvolvido em rede, com parcerias e atividades concretas que ao menos sensibilizem os diversos setores sociais.

2.2 A Exploração Sexual Comercial (ESC) de Crianças e Adolescentes no Brasil: causas, sinais e consequências

Devido à aproximação com a temática da exploração sexual infanto-juvenil, observamos que esta ocorre envolvendo uma rede de pessoas, (abusadores e vítimas), pois há relações de cunho econômico inseridas nesse cenário e as vítimas são tidas como mercadoria de grande valor, cuja “mão de obra” é bastante rentável e interessante, na faixa etária de 12 a 18 anos. Sendo assim, “a exploração sexual é concretizada pela relação sexual entre uma criança ou adolescente e um adulto, onde há interesses mediados pelo dinheiro ou troca de favores” (IBIDEM, p. 89). Ressalta-se a ideia de que a exploração sexual é semelhante à prostituição, enquanto atividade degradante físico e psicossocialmente, comprometendo o desenvolvimento e interação social, dada as consequências decorrentes de tal prática.

Dentre as principais expressões da exploração sexual estão: a pornografia, como a exposição do corpo de crianças e adolescentes, utilizadas com caráter eminentemente erótico e criminoso; trocas sexuais por “presentes”; o trabalho sexual infanto-juvenil autônomo, evidenciado a partir da venda do sexo para custear os vícios ou algo que desejem; o trabalho sexual infanto-juvenil agenciado, conduzido por terceiros, com interesse econômico; o turismo sexual orientado para a exploração sexual, onde visualiza-se uma rede de conexões nacionais e internacionais, nas quais há

oferta de meninas para o turismo sexual, nos hotéis e em regiões costeiras; por último, o tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes, definido por meio de práticas de aliciamento disfarçadas, mas quais agências de modelo ou similares, associadas ao ideal de independência financeira e profissional, jamais alcançadas atraem adolescente que sonham com melhores condições de vida e consumo (IBIDEM, 2004).

Ainda que no artigo 244 do ECA esteja preconizado acerca dos crimes sexuais, sujeitos a penalidades legais, com as respectivas sanções, percebemos os desrespeitos existentes na realidade de crianças e adolescentes brasileiras. No exposto, consta que “submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2 desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual é crime” (IDIBEM, p. 94). Todavia, muitas são as situações e os problemas vivenciados pelo segmento infanto-juvenil para a efetivação de seus direitos, o que compreendemos como constante desafio no Brasil.

Embora a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes esteja relacionada com o aspecto cultural, podemos afirmar que as causas da exploração sexual comercial são muitas e, geralmente, associadas com pobreza no âmbito doméstico, com grande poder de aliciamento perante as vítimas da exploração.

Nesse sentido, o ECA, juntamente com outros órgãos, tem colocado a situação do abuso e da exploração sexual como prioridade de atendimento na agenda nacional, visto que muitos são os danos do ponto de vista psicológico e social para os envolvidos diretos na violência, lembrando que tais desrespeitos são entendidos como violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes vistos como “sujeito de direitos”.

Não obstante, salientamos a dificuldade de identificar os envolvidos, em especial, os culpados pela violência, em que estão interligadas muitas pessoas, semelhante a uma teia de conexões, desde aliciadores, cafetões, exploradores, donos de estabelecimentos comerciais, bem como a difícil relação familiar, por vezes fragmentada, associada a um conjunto de fatores macrossociais, os quais perpassam a inserção de crianças e adolescentes na exploração sexual, condicionando o silêncio reinante em situações de exploração. Destacamos também a questão do incentivo do consumo enquanto forma de inserção na sociedade, estabelecida e conquistada por meio das piores formas, inclusive o mercado do sexo, sendo possível perceber as carências, fragilidades e certa conivência (pela omissão) do poder público e das políticas sociais de atendimento e “proteção” a crianças e adolescentes no Brasil.

Diante de situações de exploração sexual infanto-juvenil, muitos são os impactos trazidos para a vida pessoal e comunitária das vítimas, desde rebatimentos de âmbito físico, psicológico (o mais grave), social, estigmatização, violação de direitos, dentre outros reflexos que rebatem diretamente na vida das crianças ou adolescentes exploradas. Da mesma forma em que existem sinais de alerta e denúncia quanto ao abuso, são evidenciados também acerca da exploração sexual, a citar:

Infecções e irritações nas genitálias, DST's, gravidez precoce, abortos, alterações no apetite, mudança de comportamento (infantilizado ou adulto), ansiedade, depressão, agressividade, desconfiança, uso de drogas e bebidas alcoólicas, baixa estima, dentre outros (GUIA DE REFERÊNCIA PARA EDUCADORES, 2003, p. 11-13).

Dessa forma, podemos apontar determinantes e condicionantes para a exploração sexual infantil ocorrer, visto que a mesma é oriunda de uma série de fatores, os quais propiciam tal violação de direitos. A cultura machista, que vê as mulheres como propriedade, e, portanto objetos sexuais dos homens, a cultura adultocêntrica que tem nos adultos o centro do poder, onde o conceito e significado de infância aceito socialmente passa pela ideia de que estas devem estar subordinada aos desejos e poder dos adultos, também a macro organização de redes de aliciamento para fins sexuais; as leis e o poder público ineficazes; a impunidade reinante em nossa sociedade, dentre outras questões, associadas à “pobreza, as formas de exposição de crianças e adolescentes a riscos sociais, à violência, a baixa escolaridade (dos pais e filhos), ligadas a falta de perspectivas de futuro”, assim como a morosidade de respostas contundentes por parte do poder público ao problema da exploração sexual (IDEM, p. 08).

No tocante à identificação dos exploradores, observamos que, por meio de pesquisas em sites na Internet que tratam o assunto, a maioria destes são homens, adultos, de várias localidades, inclusive a mesma da vítima, utilizando para tanto, desde imagens até a prática sexual propriamente dita, muitas vezes perpassada por brutalidades e abusos, já que se sentem no direito de usufruir do corpo de meninas e meninos, vistos como meras mercadorias, próprias para satisfazer os desejos sexuais dos seus “clientes”, para o qual são pagas.

Em se tratando das vítimas preferenciais dos exploradores, a grande maioria é composta por meninas, adolescentes, de preferência virgens, comumente as mais

vulneráveis socialmente ou vitimizadas pelo abuso sexual ainda crianças. As vítimas são entendidas como objeto de prazer e sem nenhum vínculo afetivo com seus “parceiros” sexuais, numa espécie de consenso estabelecido entre explorador e explorado (IBIDEM, p. 22-23).

2.3 A Legislação de enfrentamento a ESC no Brasil: do Código Penal ao ECA – As fragilidades legais no cenário contemporâneo

No artigo “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – Fragilidade da Legislação Penal e da Lei 8.069/90”, de autoria de Lítia Teresa Costa Lopes, é apresentada uma discussão bastante pertinente no tocante à fragilidade das ações de combate à Exploração Sexual Comercial – ESC. No decorrer do texto, Lopes evidencia uma discrepância entre o Código Penal e o ECA, considerando que a exploração sexual se configura a partir de:

Jogo sexual em que o adulto utiliza criança ou adolescente para fins comerciais, através da relação sexual, ato de libidinagem, indução a participação em boates e shows eróticos, filmagens para vídeos pornográficos, etc. (LOPES, 2009, p. 01).

Conforme o autor (2009), a exploração sexual infanto-juvenil, embora conste como cabível de punição legal na Constituição Federal de 1988, ainda encontra seus entraves, visto que, por inúmeras vezes, as punições ou penalidades são colocadas para aqueles que realizam pequenas “tarefas” (os rufiões) para os verdadeiros chefes da exploração ou mesmo os clientes, com fins meramente financeiros e comerciais, fato esse que não diminui sua responsabilidade diante da situação vivenciada. Tal realidade evidencia uma ampla superficialidade do Código Penal e do ECA, no que tange as penalidades existentes para crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Com isso, é interessante pontuarmos alguns dos artigos da Constituição Federal, do Código Penal e do ECA.

Primeiramente, a lei nº 8.069/90, correspondente ao Estatuto, no seu artigo 83, destacando a impossibilidade de crianças viajarem sem os pais ou responsáveis, salvo expressa autorização judicial. Entretanto, para que ocorra a punição, necessitaríamos de uma maior rigidez do ponto de vista legal e prático das leis, no sentido de amenizar situações de exploração sexual, com penalidades legais estabelecidas.

Assim, percebe-se que não se trata apenas de falhas e brechas isoladas, mas sim, de questões que se atualizam e modificam-se com o passar do tempo, fazendo com que os abusadores, aliciadores, exploradores e outros membros do “negócio” tenham livre acesso a meninas e meninos, bem como facilidade para burlar as leis. Sabemos que a exploração sexual comercial se dá de diversas maneiras, com expressões as mais diferentes possíveis, não sendo fácil identificá-la. Contudo, é possível e necessário buscar formas de enfrentamento ao problema, tamanha sua amplitude e reflexos ao segmento infanto-juvenil afetado por tal violação.

Lopes (2009, p. 02), afirma que “se a lei nº 8.069/90 é omissa em relação ao combate a prostituição infanto-juvenil, o Código Penal é benevolente com o rufião e clientes”, o que evidencia uma inércia por parte da sociedade e do poder público no tocante a exploração sexual comercial, com ações que apenas mascara o problema. No artigo 218 do Código Penal está preconizado que “corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo”, o que remonta a superficialidade do aparato legal no que diz respeito à efetivação dos direitos.

Em relação a este artigo, destacamos o fato de que a corrupção é considerada apenas quando retrata adolescentes ainda não “corrompidos”, ou seja, que ainda não participam de redes de comercialização do sexo. Assim, caso os acusados pela exploração sexual comprovem uma situação “moralmente corrompida” dos adolescentes envolvidos na situação, serão absolvidos das sanções estabelecidas em decorrência da transgressão da lei (IDEM, 2009). A postura de conformismo diante de situações cruéis e de violações de direitos é observada em estudos e vivenciada por milhares de adolescentes no Brasil e no mundo instiga nosso interesse em aprofundar o estudo, visando dar continuidade nas ações de enfrentamento à realidade de exploração sexual comercial infanto-juvenil, envolvida num emaranhado de fatores condicionantes.

Para IBIDEM (p. 04), “com o advento da lei nº 9.099/97, os tipos penais que possuem pena mínima igual ou inferior a um ano estão, atualmente, inclusos na hipótese de suspensão condicional do processo [...] dentre os quais encontra-se a corrupção de menores”, cada vez mais reduzida, atualmente para 14 anos, fato lamentável a uma legislação que se diz justa, igualitária e democrática, balizada nos direitos, muito embora tenhamos clareza dos obstáculos existentes nas relações entre o aporte legal e a efetivação deste na prática cotidiana.

No artigo 227 do Código Penal de 1940, está disposto como delito “o ato de induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem”, entretanto, não há repressão clara aos verdadeiros culpados e agentes reprodutores da exploração sexual comercial. Tal realidade impõe desafios quanto à operacionalidade das legislações, em especial, aquelas referentes ao público infanto-juvenil. Nesse sentido, afirmamos com convicção a profundidade do problema, bem como os obstáculos a serem enfrentados ao tratarmos da questão da exploração sexual, até mesmo por entendermos que esta não se resume ao ato sexual em si, mas possui liames muito mais fortes.

Salientamos a questão do álcool e das drogas, presente nas relações comerciais de exploração sexual comercial de adolescentes, onde estas são obrigadas a permanecer na prostituição como forma de manter seu vício, o que contribui para a manutenção da exploração sexual, numa espécie de via de mão dupla, representada por um caminho no qual “as drogas mantêm as adolescentes na prostituição, e a prostituição leva ao consumo de drogas” (IBIDEM, p. 06). Assim, torna-se perceptível as falhas e discontinuidades no tocante às leis e sua efetivação prática, as quais são compreendidas como mecanismos que possibilitam “cumprir”, ainda que deficitariamente, com os pressupostos estabelecidos no ECA, no Código Penal e demais legislações pertinentes.

2.4 As Iniciativas de Enfrentamento a ESC de Crianças e Adolescentes: sementes de esperança num panorama de mudanças e perspectivas

No sentido de elucidar a realidade de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil, cada vez mais alarmante, bem como explicitar as principais formas de enfrentamento a esta violência, destacamos dados oriundos de uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (USP) a qual afirma que:

A cada ano, 1 milhão de crianças e adolescentes são exploradas sexualmente ao redor do mundo. Anualmente, 100 mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil. (...) 100 crianças morrem por dia no Brasil, vítimas de maus-tratos, negligência, violência física, abuso sexual e psicológico.

Diante de tamanha violência, salientamos os mecanismos de resposta às situações de exploração sexual comercial, realizadas no Brasil e no mundo, visto que são, em geral, balizados na prevenção, proteção e punição dos envolvidos no problema,

pelo menos teoricamente, desde aliciadores, rufiões, os “clientes”, até chegar às vítimas de tal violência. Nesse sentido, há particularidades entre os organismos governamentais e os não-governamentais, cujas atribuições serão aqui retratadas.

No âmbito governamental evidenciamos ações de “combate” a exploração sexual infanto-juvenil, as quais serão esmiuçadas posteriormente, a citar: o Programa Sentinela, os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS e o Projeto Viravida, o qual será abordado posteriormente com maior aprofundamento.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), são estabelecidos enquanto aparelhos de proteção social especial de média complexidade os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - o PAEFI – o qual é descrito como aquele em que são prestados

Serviços de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, [...] fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social, cuja unidade de atendimento e concretização desse serviço é o CREAS – Centro Referência Especializado da Assistência Social.

Os usuários, por sua vez, são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos, gerados por violência física, psicológica, negligência, violência sexual, vivências de trabalho infantil, abandono, mendicância, dentre outras situações que expressam um profundo desrespeito aos seres humanos em formação vitimizados por tais realidades sociais.

Diga-se de passagem, na Paraíba temos instalados 92 CREAS, sendo destes 20 estaduais e os demais municipalizados. Tal fato demonstra a relevância dessa esfera de trabalho social fazendo frente a essas questões que nos indignam e deixam-nos instigados a direcionar um olhar mais aprofundado e direcionado em especial às vítimas da exploração sexual, mola mestra da execução do Projeto Viravida no país e, especificamente, em Campina Grande.

Por sua vez, as atividades de caráter não-governamental no Brasil tem se dado por meio de ONG’s, a saber: a Save the Children, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e a Organização Internacional do Trabalho - OIT, as quais

desenvolvem práticas voltadas ao respeito dos direitos, legalmente estabelecidos a este público.

Sendo assim, o papel desempenhado pelas ONGs que atuam no combate ao abuso, exploração sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes no Brasil, desde 1993, tem sido

Contribuir e participar efetivamente na implementação das políticas de atendimento às crianças e adolescentes e releitura da legislação para desmobilização da ação do agressor, do usuário e das redes de comercialização [...] também para a mobilização da sociedade e a formação da opinião pública, dando visibilidade ao fenômeno, o que tem propiciado a “quebra” do silêncio – PAIR

Em se tratando das iniciativas de ordem não-governamental, a primeira a destacar é a ONG Save The Children, considerada “a maior e mais antiga organização não governamental de defesa dos direitos das crianças no mundo, ativa desde 1919, com projetos em 120 países e um orçamento anual de US\$1,2 bilhão”. Nesse sentido, interessados em atender o público infanto-juvenil, a Fundação Abrinq e a Save the Children Brasileira, assinaram um acordo de cooperação para o desenvolvimento de programas e projetos em defesa da criança e do adolescente no país. Diga-se de passagem, a Fundação Abrinq, cujo eixo de defesa está baseado na proteção, educação e saúde, é:

Uma organização social que, desde 1990, trabalha para que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados. Ela luta para que todas as crianças nasçam e cresçam com saúde, possam estudar e brincar ao invés de trabalhar, tenham acesso à educação de qualidade e sejam protegidos de qualquer tipo de violência e exploração.

Dessa forma, a Save The Children é uma organização independente, internacionalmente reconhecida por seu compromisso com a inovação, a responsabilidade e a colaboração voltada ao público infanto-juvenil, líder no sentido de criar uma mudança nas vidas de crianças carentes ao redor do mundo, inclusive no Brasil, trabalhando em parceria com outras organizações, governos e entidades sem fins lucrativos, visando proporcionar a crianças e adolescentes uma vida melhor.

Os projetos da Save The Children estão concentrados na região Nordeste, uma das regiões mais pobres do Brasil, onde atuam com as diferentes etnias, desde afro-brasileiros em Salvador, Recife, Olinda e Natal, com as comunidades indígenas em

áreas rurais da Bahia e de Pernambuco, com as crianças carentes e suas famílias nas favelas de São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. Todavia, observamos que não há atividades direcionadas exclusivamente ao estado da Paraíba, mesmo sabendo que o trabalho desta ONG realiza-se no sertão nordestino, percebemos a carência de ações voltadas ao nosso Estado, onde a realidade de violação dos direitos não é diferente de outras localidades, apenas com diversas expressões, num contexto peculiar, e ao mesmo tempo, comum, para o qual é necessário um olhar diferenciado.

Outra ONG também vem se destacando por seu trabalho com público infanto-juvenil é o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, desenvolvendo ações voltadas à saúde, ao respeito da legislação específica ao segmento mencionado, no intuito de retirar parcela de crianças e adolescentes da extrema pobreza, motivo pelo qual esta ONG atua nas regiões mais carentes do Brasil, a Norte e a Nordeste:

Está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro – UNICEF, 2011)

O UNICEF tem um reconhecido trabalho no Brasil e no mundo, sendo referência no tocante às ações direcionadas a crianças e adolescentes carentes nos vários países do mundo, inclusive em áreas “esquecidas” pelo poder público. Conforme mencionado, tal ONG atuou em conjunto com as demais esferas da sociedade, no intuito de efetivar os direitos do público infanto-juvenil, estando baseada nos pilares para o saudável desenvolvimento humano: a saúde, a educação, alimentação, ou seja, os mínimos direitos destinados à sociedade, ainda que de forma desigual, variando conforme a região, os interesses políticos e o nível social, sabendo que quanto mais pobre, mais restritas as oportunidades de concretização de direitos, muitas vezes, transformados em “favores”, benefícios, ou coisas dessa natureza.

Segundo dados do UNICEF, “o Brasil possui uma população de 190 milhões de pessoas, dos quais 60 milhões têm menos de 18 anos de idade, o que equivale a quase um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e Caribe”. Todavia, ainda que consideremos os esforços do governo brasileiro e da sociedade no sentido de enfrentar os problemas relacionados às crianças e adolescentes,

especialmente afetados pela violência, nos seus diversos âmbitos, sabemos que a realidade é bastante diferente daquilo estabelecido em lei, evidenciado pelas estatísticas que:

Apontam um cenário desolador em relação à violência contra crianças e adolescentes. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100. Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no País. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados – UNICEF.

Por sua vez, a OIT – Organização Internacional do Trabalho – é uma organização de relevância mundial no tocante às políticas destinadas ao segmento infanto-juvenil. Um dos eixos de atuação desta ONG está voltado aos menores de 14 anos em situação de trabalho infantil, no sentido de eliminá-la, bem como as demais formas de violação dos direitos que lhes são inerentes, incluindo nesse cenário, a violência sexual contra crianças e adolescentes, acreditando que a liberdade, a igualdade e a segurança, inclusive do trabalho, servem como instrumento de superação da pobreza, até mesmo como mecanismo de participação nas decisões governamentais.

De acordo com o site oficial, a OIT é uma agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho, com representação paritária de governos dos 182 Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores, tornando mais “democráticas” as decisões. Com sede em Genebra – Suíça, desde a data da fundação, a OIT tem uma rede de escritórios em todos os continentes, inclusive no Brasil. Diga-se de passagem, a criação de uma organização voltada ao trabalho foi balizada em preceitos de ordem econômica, humanitária e política, cada qual com seus pressupostos estabelecidos. Por fim, podemos compreender que:

A OIT funda-se no princípio de que a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social. Fonte de importantes conquistas sociais que caracterizam a sociedade industrial, a OIT é a estrutura internacional que torna possível abordar estas questões e buscar soluções que permitam a melhoria das condições de trabalho no mundo.

Responsável pela Convenção 182 que trata das piores formas de trabalho infantil, que reconhece a exploração sexual como uma das piores formas de trabalho

infanto-juvenil e através desta propõe aos governos ações imediatas no sentido de erradicar tal realidade de seus países.

Em se tratando das iniciativas de ordem Governamental, a primeira a destacar é o Programa Sentinela, atualmente extinto, mas que desempenhou um papel de extrema importância no enfrentamento desta problemática. O Sentinela tinha como público alvo “crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, cuja finalidade era prestar assistência especializada através de frequente apoio psicossocial ao segmento infanto-juvenil e famílias envolvidas em situação de violência sexual”. O mesmo era concretizado por meio de serviços implantados no município voltado ao atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias em situação de violência sexual, prestado nos Centros de Referência, os quais são os suportes que os municípios disseminam para o desenvolvimento dos serviços.

Tratando da violência sexual, sabemos que esta “não se restringe a privação de recursos materiais para a sobrevivência, se concretiza nos abusos sexuais, espancamentos e negligências, que têm como aliado o silêncio da família e da comunidade”. A fim de romper este silêncio, existem ações de iniciativa governamental e não governamental, que visa além dos atendimentos técnicos, articular e divulgar os serviços sociais de atenção a crianças e adolescentes e promover campanhas que despertem a sensibilidade da população quanto às causas e conseqüências da violência sexual.

Diante disso, a proposta de intervenção trazida pelo Programa Sentinela deu efetividade ao que foi estabelecido no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conanda, em julho de 2000. Portanto, é fruto de um amplo processo de mobilização nacional, tendo por objetivo articular e divulgar os serviços sociais de atenção a crianças e adolescentes e promover campanhas que despertassem a sensibilidade da população quanto às causas e conseqüências da violência sexual (OLIVEIRA, 2006).

Posterior ao Programa Sentinela, com suas atribuições e pioneirismo, destacamos a criação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – cuja tarefa principal tem sido a de atender o público infanto-juvenil, vítima de abuso e exploração sexual, enquanto grave violação de seus direitos. Tais centros “configuram-se como unidades públicas e estatais, que ofertam serviços especializados

e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos”, em especial, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Os CREAS estão inseridos na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial (média complexidade), ou seja, estabelecida quando há violação de direitos fundamentais, a exemplo: a exploração sexual de menores para fins comerciais e o trabalho infantil. Diante disso, na Paraíba, existem 42 prefeituras nas quais o CREAS foi implantado no sentido de dar maior efetividade aos pressupostos estabelecidos para sua criação. Sendo assim, ainda percebemos uma fragilidade no atendimento ao público infanto-juvenil, tendo em vista que este sofre cotidianamente com os abusos e transgressões à lei, o que afeta o desenvolvimento psicossocial, familiar (muitas vezes, locus de violência) e profissional, visto que prejudica o rendimento escolar e, conseqüentemente, o futuro profissional.

Assim, podemos evidenciar que a maior incidência desses centros especializados de assistência social na Paraíba é visualizada nas regiões do Litoral, Agreste e Sertão, o que não significa que as demais localidades não necessitem destes, mas que o mesmo não abrange todas as cidades. Para sua implantação no município, é necessário vontade política, tanto dos governantes, em cumprir o disposto na lei, quanto da população usuária dos serviços prestados pelas esferas da sociedade. Contudo, frisamos o Código de Conduta do Turista frente à violência sexual contra crianças e adolescentes paraibanos, enquanto instrumento preventivo contra o turismo sexual, no qual são pontuadas as práticas consideradas ilegais e, portanto, inadmissíveis no âmbito estatal.

Desse modo, nos CREAS são atendidos os mais variados casos de desrespeito às leis, desde a violação dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas idosas e em situação de rua. Como sabemos, a atuação profissional nos centros especializados de assistência social se dá de forma integrada aos demais programas existentes na cidade ou Estado, regendo-se pelos pressupostos do ECA, da Constituição Federal, no tocante aos direitos da pessoa humana, no intuito de viabilizar os direitos e, ao mesmo tempo, fazer cumprir as penalidades aos transgressores, diminuindo as reincidências.

Por fim, evidenciamos a efetivação do Projeto Viravida, no cenário atual brasileiro, tendo em vista que o mesmo surgiu em 2008 e vêm desenvolvendo ações junto ao público infanto-juvenil, especialmente voltadas à problemática da exploração sexual de adolescentes. O Projeto ao qual nos deteremos a seguir vêm se dando em

concomitância com o Sistema S e o Governo Federal, constituindo-se como uma ação de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes do Brasil. Assim, considerando os projetos, programas, serviços e ações voltadas à proteção e defesa de crianças e adolescentes no Brasil, podemos concluir que, apesar de termos caminhado na perspectiva de direitos, temos muitos desafios pela frente, até alcançarmos a tão sonhada igualdade, a liberdade e a efetiva materialização da legislação a eles pertinente.

3 OS REBATIMENTOS DO PROJETO VIRAVIDA EM CAMPINA GRANDE NA REALIDADE DOS ADOLESCENTES DA PROAMEV

3.1 - Conhecendo um pouco a Proamev

A ONG Pro-adolescentes, Mulher Espaço e Vida - PROAMEV - é uma organização não governamental, sem fins econômicos, autônoma, filantrópica e cidadã, cujo objetivo é contribuir para a defesa da vida, a garantia dos direitos e do atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90. Teve seu surgimento em 1999, com o apoio do Projeto Social Diocesano e da Pastoral da Criança Arquidiocesana, com um trabalho voltado basicamente à prevenção da violência, abuso e exploração sexual infanto-juvenil. A partir de 2001, o Projeto se fortaleceu com apoio da Cáritas Alemã, tendo nela uma das suas mais importantes fontes de financiamento.

Nesse sentido, a missão da Proamev é atuar defendendo e garantindo os direitos e a cidadania de crianças e adolescentes na promoção do desenvolvimento humano, social e político, favorecendo o seu protagonismo infanto-juvenil, visto que seu público alvo é composto por crianças, adolescentes e seus familiares, a qual vem desenvolvendo um trabalho aproximado da comunidade, sendo por intermédio dela que é possível existir a interlocução entre ONG e comunidade dos bairros da região, considerando que a ONG atua nos bairros: Catingueira e Cidades, no município de Campina Grande.

Enquanto integrante da Rede Tecendo Parcerias, com a qual trabalha articuladamente, a Proamev tem por atribuições as seguintes tarefas, a citar: prevenir contra todo tipo de violência através de informação e formação com atividades lúdicas e recreativas; encaminhar às autoridades competentes casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes; desenvolver, promover e apoiar a realização de pesquisas e estudos que sejam de interesse afim dos objetivos da ONG e das partes envolvidas; promover e realizar mobilizações, debates populares e outras modalidades de ação que visem sensibilizar a sociedade civil e governo para uma política de proteção as crianças e adolescentes.

Em se tratando das linhas de ação desenvolvidas pela Proamev, podemos identificar as temáticas relacionadas à saúde e sexualidade, prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS, exploração sexual, gravidez precoce e

prevenção às drogas, bem como o direito e cidadania; prevenção à violência doméstica e comunitária; Estatuto da Criança e do Adolescente, arte e cultura assim como atividades socioeducativas, artísticas e culturais.

Das atividades que a entidade realiza na comunidade, podemos elencar as oficinas temáticas, as de arte e cultura, oficinas de trabalhos manuais e de flauta, contando ainda com salas de leitura, biblioteca, oficinas de teatro, capoeira, hip hop, danças folclóricas, visitas sociais, capacitações e intercâmbio de saberes. Todas essas atividades são realizadas pela ONG no cotidiano institucional, sempre que necessário e possível desenvolvê-las.

É interessante que seja esclarecido na apresentação da ONG o fato de, atualmente, a mesma estar apoiando as atividades realizadas pelo Projeto Viravida, tendo sido possível por meio dela a inserção dos jovens do bairro neste projeto, bem como nosso contato com os adolescentes com os quais foi realizada a pesquisa, visto que a Proamev atua em parceria com demais instituições, a exemplo o CRAS Catingueira, no qual fomos estagiárias.

3.2 O Projeto Viravida: gênese, objetivos e os seus reflexos na vida de adolescentes vítimas de exploração sexual comercial

Foi considerando-se esse contexto social onde são vivenciadas cotidianamente situações relacionadas à exploração sexual que foi criado um Projeto em nível nacional, denominado Viravida, o qual vem sendo desenvolvido desde junho de 2008, abrangendo um público-alvo de adolescentes entre 16 a 21 anos, vítimas de exploração sexual e em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - MDS - (BRASIL, 2010) a proposta do Projeto tem como uma de suas metas o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários, a mudança comportamental e o desenvolvimento das potencialidades dos participantes, mediante os cursos preparatórios, de cunho profissionalizante, a partir dos quais os jovens podem almejar, com maior segurança, uma chance de trabalho formal e com os direitos que lhes são inerentes.

O projeto Viravida está sendo desenvolvido por iniciativa do Conselho Nacional do SESI, buscando promover a elevação da auto-estima e da escolaridade dos participantes, no intuito de que desvelem seu próprio potencial e conquistem sua

autonomia. Para tanto, o processo socioeducativo está baseado em cursos profissionalizantes estruturados a partir da demanda de cada mercado, o perfil e as expectativas desses adolescentes e jovens. Conforme o MDS (2010),

Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica, noções de autogestão, também assegurando aos alunos um atendimento psicossocial, voltado ao resgate de valores e o fortalecimento de vínculos familiares.

Sendo assim, para serem alcançados os objetivos do Projeto, é necessário que haja uma modificação, ainda que sutil, nos determinantes de tal violência contra crianças e adolescentes, concretizada no cotidiano intra ou extrafamiliar destes. Tais determinantes, referenciados anteriormente, são as condições objetivas e as subjetivas, presentes nas situações de violência sexual, a qual tem por expressão a exploração sexual comercial de adolescentes no Brasil, destacada no Projeto Viravida. As mudanças ocorridas deverão, por sua vez, estar sustentadas na perspectiva dos direitos, voltados à atribuir aos vitimizados pela violência um panorama diferente do vivenciado.

Nesse sentido, é notória a via de mão dupla existente entre os jovens inseridos no Projeto Viravida e as empresas “parceiras” neste, visto que tanto os primeiros quanto as empresas são beneficiadas com a “iniciativa bondosa” do setor privado. É válido ressaltar a questão da responsabilidade social bastante debatida atualmente, estando servindo para burlar o papel do Estado enquanto provedor principal das políticas sociais públicas, direcionadas ao segmento pobre e vitimizado pelas expressões de tal pobreza.

O projeto Viravida tem por “objetivo combater a exploração sexual e o abuso moral de jovens na faixa etária de 16 e 21 anos de idade, cuja proposta da ação é promover a auto-estima e a escolaridade destes jovens”. Nesse sentido, todas as atividades e o progresso dos estudantes são acompanhados por uma equipe de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, com atribuições específicas. Segundo (BRASIL, 2010), o Viravida é

Uma das 50 melhores práticas sociais brasileiras no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizando um importante trabalho de inclusão social de jovens marginalizados e em vulnerável situação social, proporcionando emprego para estes e dando-lhes perspectivas de futuro.

Para as empresas, torna-se rentável e até positivo o fato de serem associadas a uma imagem de “empresa boa”, com responsabilidade social, cumpridora dos preceitos

da legislação brasileira e justa, visto que nem sempre podemos contar com esta oriunda do poder público, como lhe é devido. Os jovens e familiares, bem como a toda comunidade, muitas vezes são perpassados pela ideologia de que os direitos são “favores” prestados, para os quais fica a esperança de que despertem dessa ilusão e passem a criticar e analisar o mundo numa perspectiva mais ampliada e com possibilidades de futuro. Todavia, temos consciência de que a visão messiânica que a população tem sobre as empresas ou mesmo órgãos privados é fruto de uma construção histórica, e que, portanto, não será tão facilmente desconstruída, sendo necessária uma mudança de comportamento e de atitude, no intuito de tornar o público, de fato, público.

É interessante destacarmos nesse cenário os parceiros do Viravida, representados, em especial, pelo Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, SEST/SENAT), com o Governo Federal, através do MDS, dentre outras instituições “colaboradoras” do referido Projeto, as quais têm direcionado ações no sentido de viabilizar aos jovens participantes expectativas de vida melhor, com emprego e direitos respeitados cotidianamente. Evidenciamos aqui o caráter caritativo, assistencialista e de cunho controlador daqueles que venham tentar “quebrar” a ordem societária e os ideais neoliberais amplamente aceitos e reproduzidos na contemporaneidade.

Assim vivenciamos um afastamento do Estado em suas responsabilidades e um “retorno da benevolência” das empresas e do próprio Estado, ora omissos ora burlando suas atribuições e descumprindo os pressupostos da legislação brasileira, numa espécie de metamorfose de deveres. Forte expressão disto é o fato de ser colocado como “conquista” a inserção desses jovens no Projeto em questão, visto que “além da formação profissional recebida, os jovens do projeto Viravida aprendem a superar desafios e a valorizar cada oportunidade, batalhando por um futuro melhor para si e para suas famílias”.

Contudo, ressaltamos que, por trás desse contexto de direitos, dignidade, valorização do ser humano, dos jovens, elevação da auto-estima, dentre outros pontos exaltados pela proposta do Viravida, há uma “mão quase que invisível” rondando tal Projeto e os próprios jovens, haja vista que para estar sendo executado e receber o apoio do setor privado, o mesmo necessita dar respostas contundentes ao grupo privado. Assim, encontram-se obscuros muitos interesses e metas a serem cumpridas, tanto do âmbito privado quanto da esfera que se diz “pública, de todos e todas”, mas que, atualmente, apenas mantém a figura de presente, comprometida com os mais carentes,

dentre outras bandeiras levantadas com o mesmo propósito: de controlar os excessos e suscitar na sociedade civil a responsabilidade e o desejo de “transformar” a sociedade atual, perpassada por conflitos de ordem cultural, socioeconômica e política marcantes.

Diante disso, para cumprir as metas estabelecidas pelos segmentos privado e governamental, percebemos uma disseminação do referido Projeto pelos Estados brasileiros, inclusive na Paraíba, em abril de 2010, com pólos de atuação em João Pessoa e Campina Grande, em decorrência da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP - ser neste município. Sendo assim, o Projeto Viravida na Paraíba vem se consolidando desde abril de 2010, quando da sua inauguração. A partir desse momento, foram formadas duas turmas: uma de gestão de negócios e outra de vestuário, com os alunos interessados em desenvolver suas habilidades nessa área especificamente. Os cursos são realizados por um período de nove meses, com aulas presenciais das segundas às quintas-feiras, sendo a sexta-feira reservada ao lazer, cultura, saúde e entrosamento entre os participantes do Projeto.

Francisco Benevides Gadelha, presidente da FIEP afirma uma mudança na realidade de vida dos adolescentes e jovens engajados no Viravida, afirmando que o projeto poderá contribuir com “a melhoria de vida de muitas famílias da Paraíba, promovendo a inclusão social, isso porque os adolescentes e jovens que antes estavam ociosos e muitas vezes traumatizados por serem vítimas da exploração sexual terão direito a se qualificar”, e serão inseridos no mercado de trabalho, assim que concluem o curso preparatório.

Por fim, destacamos a publicação de um livro intitulado “ViraVida – Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil”, construído no sentido de dar maior visibilidade ao Programa, abordando prioritariamente a história do processo de efetivação e execução do mesmo, desde o início, em 2008. Em 133 páginas, o livro traz “a metodologia do programa, além de informações complementares, como um breve histórico das estratégias de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil no Brasil e o papel do Viravida”, bem como os primeiros passos na luta pelo enfrentamento dessa dura e nefasta realidade que assola os adolescentes brasileiros.

METODOLOGIA

A pesquisa que desenvolvemos foi de cunho exploratório, definida por Gil (2007), como “aquela na qual objetiva proporcionar uma maior familiaridade com o assunto, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Tal abordagem é geralmente flexível e pode ser concretizada a partir de entrevistas utilizadas no estudo.

Nosso enfoque foi dado por meio de uma pesquisa qualitativa, a qual, conforme Minayo (1994 p.22) “possui uma relação de complementaridade, focalizando o concreto e se aprofundando nas relações humanas”. O objetivo de tal abordagem direcionou-se à coleta de informações concernentes ao entendimento mais concreto tanto dos dados referentes ao sexo, renda, escolaridade, entre outros, quanto para apreender as opiniões desses adolescentes a respeito da inserção no Projeto Viravida, suas metas profissionais e o entrosamento familiar e escolar.

Os sujeitos da pesquisa foram os oito adolescentes integrantes da ONG PROAMEV e participantes do Projeto Viravida, habitantes da Catingueira, com idades de 16 a 21 anos, os quais vivenciaram uma situação de exploração sexual. Esse público foi inserido no Projeto Viravida e realizam atividades preparatórias para o futuro profissional, em articulação com empresas e entidades colaboradoras.

Para realizarmos a coleta de dados, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, na qual foram elaboradas questões que estavam direcionadas à análise da realidade familiar e escolar. A entrevista semi-estruturada é segundo Trivinos (1992, p. 146) “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas [...]”. A análise e o processamento dos dados foram feitos por meio da análise de conteúdo. Na realização da pesquisa, cumprimos o que preconiza a Resolução nº 196/96 (do comitê de ética na pesquisa), que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. A referida resolução garante o sigilo, a integridade e o esclarecimento dos resultados aos participantes.

Como se percebe, nossa abordagem se deu com os adolescentes da ONG Proamev e inseridos no Projeto Viravida, vítimas da exploração sexual, no entanto, não foi de nosso interesse aprofundar, tampouco extrair deles relatos acerca das situações vivenciadas no que se refere à exploração sexual sofrida. Almejávamos captar em suas falas, as experiências vividas a partir do momento de sua inserção no Projeto Viravida,

ênfatizando os possíveis rebatimentos de tal Projeto à sua realidade familiar e escolar, contextos primordiais de nossa abordagem analítico-investigativa.

Tal estudo esteve flexível de mudanças no decorrer de sua operacionalização, haja vista as particularidades dos adolescentes e nossas expectativas quanto ao entendimento destes em relação ao Projeto Viravida, executado em Campina Grande, desde agosto de 2010, com sua primeira turma. Este trabalho tornou-se relevante à medida que existe escassa bibliografia sobre o tema e pretende construir conhecimento acerca da temática estudada, oferecendo subsídios para os profissionais de diversas Instituições diante da realidade dinâmica, a qual demanda uma prática interventiva na realidade social de forma constante e que possa contribuir para a realização de pesquisas futuras na área.

3.3 O Perfil dos Adolescentes Participantes do Projeto Viravida atendidos pela Proamev em Campina Grande – PB

De acordo com os dados coletados na pesquisa, observamos que a exploração sexual esteve presente na vida destes jovens por um tempo indeterminado, acarretando diversos prejuízos para o seu desenvolvimento moral, psicológico, afetivo, socioeconômico e cultural. Esses problemas, aqui explicitados, são decorrentes do processo de construção histórica que vem se estabelecendo ao longo dos séculos, em especial no Brasil, país onde a realidade de violência sexual é visualizada, sendo, por vezes, reproduzida social e culturalmente.

Dessa forma, no que diz respeito ao perfil dos entrevistados, constatamos que a maioria é do sexo masculino, demonstrando que a violência sexual não faz distinção de gênero, dada a heterogeneidade de opções e expressões da sexualidade no contexto contemporâneo, considerando que há diversas formas para tanto.

Em se tratando da faixa etária, percebemos uma variação entre as idades dos participantes, havendo jovens de 17 anos até 21 anos, idade limite para a inserção no Projeto Viravida. Tais dados contrapõem-se aos resultados da maioria das pesquisas que mostram que “a violência sexual ocorre em todas as faixas etárias, sendo, porém, as crianças e adolescentes do sexo feminino suas principais vítimas, nesta faixa etária ocorre com maior frequência no âmbito doméstico e por pessoas conhecidas”.

Destacamos também a questão do estado civil dos jovens, pois todos são solteiros, embora alguns deles já tenham filhos, não estabeleceram o vínculo

matrimonial esperado moralmente na sociedade quando há a presença destes. Quando perguntados sobre sua ocupação, os jovens apontaram algumas funções mais frequentes, todas elas inseridas no trabalho informal, a saber: garçons, babás, auxiliares na construção civil, donas de casa e vendedoras. Todavia, em uma das entrevistas, foi afirmado que “trabalhava, fazendo curso no SENAI” (entrevistado nº 8), o que remonta a uma falta de entendimento tanto do sentido concreto e contemporâneo do trabalho quanto da proposta do referido Projeto. Segundo Antunes (2000),

O trabalho social hoje, complexificado, socialmente combinado e intensificado nos seus ritmos e processos, se coloca como esfera central da sociedade enquanto processo que cria valor. E, ainda que o trabalho vivo esteja diminuindo, através da redução de seu tempo físico e do trabalho manual direto, dados [...] mostram a necessidade de contínua recorrência do capital a formas de trabalho precarizadas e intensificadas, também em países desenvolvidos, o que denota uma verdadeira superexploração do trabalho, elemento este vital para a realização do ciclo produtivo do capital.

Diante disso, Antunes alerta-nos para o fato de que “o entendimento das mutações em curso no mundo operário nos obriga a ir além das aparências, lembrando-nos que o sentido dado ao trabalho pelo capital é completamente diverso do sentido atribuído pela humanidade”.

No tocante à renda dos participantes, a partir do Viravida, houve uma variação entre os valores, desde R\$ 400,00 reais até R\$ 550,00 reais, o que demonstra que existem outras formas de manutenção da família, além do benefício destinado aos envolvidos no Projeto. Alguns deles, afirmaram que já receberam rendas dos programas assistenciais, a citar: o Programa Bolsa Família – PBF e o Pão e Leite, ambos programas do Governo Federal voltados a populações de baixa renda. Um entrevistado relatou que anteriormente ao Viravida, recebia o Bolsa Família, todavia, com o início do mesmo, ele não recebeu mais, o que nos faz pensar se apenas com o benefício do Projeto, correspondente a R\$ 400,00 reais mensais, estas pessoas e suas famílias tem condições financeiras de manter uma casa, suprimindo as necessidades mínimas existentes.

Em se tratando do nível de escolaridade, é interessante destacarmos o descompasso entre o ano escolar desses jovens e as respectivas idades, evidenciando um desequilíbrio e inadequação destes à sua escolaridade. É válido ressaltar que a exploração sexual, por vezes, conforme exposto em outros estudos sobre a temática, colabora fortemente para tal atraso escolar, onde adolescentes de 17 e 19 anos

encontram-se no 6º ano do ensino fundamental, quando deveriam estar concluindo o ensino médio, o que mostra a distorção série/idade vivenciada por estes adolescentes. Dos jovens entrevistados, apenas um afirmou ter concluído o ensino médio, o que muito nos preocupa, diante da realidade vivenciada. Pudemos observar na pesquisa que quanto maior a idade, menor o grau de escolarização, fato esse que ratifica os efeitos devastadores da exploração sexual nos diversos âmbitos, tanto escolar quanto familiar, foco de nossa investigação qualitativa.

De acordo com os jovens do Projeto, não há participação destes em outros grupos da comunidade, sequer relacionados a Igrejas, Sociedade Amigos do Bairro – SAB's e demais entidades presentes no espaço comunitário. Tal realidade suscita algumas reflexões acerca da ausência de incentivo e de participação dos jovens em projetos que envolvam não somente seu meio de convivência, mas também espaços “esquecidos” pelos poderes públicos, o que agrava a situação atual, onde a cultura do eu é exaltada e amplamente difundida. O controle social está cada vez mais se fragmentando e novas formas de controle oriundos da população estão emergindo, camufladas pela perspectiva do “coletivo, do bem comum”, embora saibamos que a realidade se distancia dessas situações por ora evidenciadas. Deste modo, o controle social “é a integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência. É a descentralização do Estado motivando grupos de pessoas a solucionar problemas sociais, ou seja, é a participação social na gestão pública”. Afirmamos ainda que:

O controle social é um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos na gestão do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito das políticas públicas, ou seja, é a participação do Estado e da sociedade conjuntamente em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com o intuito de tornar mais eficaz alguns programas públicos.

No que tange ao âmbito familiar, constatamos através das falas, uma fragmentação da família convencional, composta por pai, mãe e filhos. Percebemos que as famílias dos participantes são compostas por avós, primos, tios, irmãos, um deles órfão de mãe, outros que moram apenas com avós e filho, fato esse que demonstra claramente as novas formas de organização familiar da atualidade, com múltiplas manifestações. Outro caso relatado é de um menino cuja mãe ao ficar viúva, estabeleceu uma relação de amaziamento com outro homem, situação bastante comum em casos de

viuvez. Destas realidades familiares, decorrem vários outros problemas e desarranjos para os jovens, os quais recebem os principais reflexos dos reagrupamentos parentais então estabelecidos em suas famílias, independentemente de seu consentimento.

Nesse cenário, identificamos uma realidade de novos arranjos familiares, expressos no contexto contemporâneo por diversos agrupamentos familiares. Conforme pontuado, as transformações da família nuclear foram “desencadeadas pela dinâmica global das forças produtivas e das relações de produção que governam as formações contemporâneas [...] e a aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação pela qual ela vem passando” (JOSÉ FILHO apud SILVA, 1998, p. 39).

Com isso, a família nuclear é um modelo idealizado e reproduzido culturalmente, em período de transição, num “momento ligado a uma época onde impera o individualismo, a globalização, o consumismo desenfreado, a nova ordem econômica mundial, as novas tecnologias” que modificam as relações de trabalho, as relações pessoais e conseqüentemente as relações familiares.

3.4 Os Motivos para Inserção dos Jovens da Proamev no Projeto Viravida e as Opiniões sobre sua Execução

Inicialmente, para falarmos sobre os motivos pelos quais os jovens da Proamev se inseriram no Projeto Viravida, é interessante considerar que estes participam da ONG desde sua inserção no Viravida (dois anos) fato que demonstra que não foi apenas a ONG em si que chamou a atenção dos jovens. Entretanto, a aproximação com a Proamev propiciou um entrosamento entre os coordenadores da mesma e os participantes, bem como um esclarecimento das dificuldades vivenciadas pela população da Catingueira, localidade com reconhecida vulnerabilidade social.

Para entendermos sobre as motivações dos participantes do Projeto Viravida a frequentarem a Proamev, cabe a nós observar suas respostas. Na entrevista nº 01 (E1) foi pontuado a questão da participação iniciada depois da entrada no Projeto, estando a maioria inserida na ONG desde quando começou no Viravida. Todavia, outros entrevistados afirmaram que participam há bastante tempo, entre sete e dez anos. Ao perguntarmos sobre a motivação a participar da ONG foi respondido que “*a Proamev é uma ONG que é um espaço da comunidade para se expressar o que você sente, dizer o que pensa e sente, através de desenho, arte, essas atividades.* Outro afirmou: “*por*

causa do entretenimento, participei e gostei”. Conforme exposto, as motivações para a participação na ONG estiveram relacionadas às atividades desenvolvidas, atuando no aspecto lúdico e educativo, voltados a melhorar a qualidade de vida dos jovens.

Quanto à inserção destes no Projeto Viravida, foi pontuada a figura do coordenador da ONG como principal personagem para a inserção no Projeto, haja vista ter sido através deste que os jovens souberam do Viravida e puderam seguir os requisitos para participar do mesmo: a entrevista e a prova escrita, realizada com os jovens da Proamev e demais entidades envolvidas. Sendo assim, um dos entrevistados (E8) explanou-nos a sua realidade de vida antes da inserção no Viravida, afirmando que:

Eu de primeiro vivia mais no mundo das drogas, vivia mais fumando e bebendo essas coisas que não é pra usar, essas drogas pesadas. Aí minha tia mandou eu ir lá o conselho tutelar, eu fui lá em busca de um trabalho, ela disse que não tinha como arranjar um trabalho, mas tinha um projeto que tava abrindo aí, que era novo, muito bom e era esse Viravida e no mesmo no dia que eu fui [...] aí comecei a ir, e até hoje to me interessando. To achando bom, eu gosto de lá, já fiz vários cursos ,já fiz supervisor de vestuário, modelagem, serigrafia e agora vou entrar em moda. É bom.

No que diz respeito aos pontos positivos e negativos atribuídos pelos jovens participantes referentes ao cotidiano institucional onde fazem os cursos profissionalizantes, foi perguntado sua opinião sobre o assunto e tivemos por resposta: *“os pontos positivos do Projeto é sair de lá já com um emprego, pessoas com pensamento positivo; Para outro entrevistado, “os cursos é muito bom, a equipe técnica, os professores, as coordenadoras são muito boas, tudo é bom... é um amor muito grande que eles têm por nós e nós por eles, não vejo ponto negativo, vejo mais ponto positivo, as más companhias que a pessoa arruma, maus influências, que lá muitas vezes o destino de alguns é esse, em vez de ir pra frente, volta, desiste”*.

Nas entrevistas seguintes, são apontados elementos que não haviam sido destacados pelos entrevistados anteriores, relacionados às aulas, dentre outros. Para E7 *“é tudo muito bom, tem nada de ruim não, às vezes é chato, as aulas, é muito puxado, a gente aprende muito lá, tanto com a equipe, tanto com os alunos, e a gente se torna uma família, acho muito legal”*.

No que tange a motivação em participar do referido Projeto e a frequência com que compareciam foi colocado: *“Dizer aos alunos que vão entrar, pra não desistir e seguir em frente, e mostrar pra esses alunos agora que o que eles passaram pra nós.*

Desafios tivemos muitos, teve hora que eu pensei que não ia dar certo, mas hoje ergui a cabeça e segui em frente”.

Ao serem indagados sobre os desafios que vivenciavam nessa nova caminhada, estes assim se fizeram expressar: *“Muitas coisas, por que eu já me prostitui, às vezes, agora que tinha o Projeto, não precisava eu tá na rua fazendo isso e graças ao Viravida eu parei. Encontrei uma forma de sair dessa vida, eu me sentia sujo e hoje tenho muito a agradecer primeiramente a Deus e segundo a esse Projeto que me tirou dessa vida” (Entrevistado N. 1).*

Quando questionados sobre a frequência nos cursos, a maioria respondeu que sempre participou e não faltava, havendo apenas uma pessoa que afirmou estar faltando, por motivos de desinteresse no Projeto, sempre ressaltando a importância da equipe técnica do Viravida para o bom rendimento do mesmo em Campina Grande, a quem consideram uma família.

Para identificarmos as razões dos jovens em participarem do Projeto citado, perguntamos suas motivações e tivemos por resposta: *“Minha maior motivação foram meu filho e minha mãe” e “Foi a vontade de demonstrar aos meus familiares que eu estava mudando, sabe? E que eu queria ser alguém na vida” E02.* Os entrevistados pontuaram que a situação de exploração sexual os incomodava bastante e que a família foi de extrema valia no processo de desligamento de tal atividade, estando sempre presente nos muitos momentos do Projeto, inclusive nas festividades. Com estas entrevistas observamos muitos fatores condicionantes para a inserção no Viravida, dos quais a família é um dos principais.

No intuito de apreender as opiniões acerca do Projeto Viravida, perguntamos sobre sua visão em relação ao mesmo, identificando pontos de vista semelhantes. Para E03 *“Uma via de mudança, quando ninguém dá nada por você, quando você chega lá você vê. Por que se você quer ser uma lama, você é uma lama, mas quando você quer ser mais, você pode passar de uma simples lagarta a uma linda borboleta. Depende muito da pessoa, porque se não tiver essa força de vontade, não tem quem mude”.* É imprescindível evidenciar o ideal retratado nas falas dos jovens, perpassadas pelo pensamento benemerente, caritativo, de amor ao próximo, presente nos diálogos estabelecidos durante os questionamentos, os quais nos fazem supor que algo além de ensinamentos estritamente técnicos está sendo transmitido aos jovens participantes. Na

entrevista nº 04 e nas demais subseqüentes, há comentários que direcionam um posicionamento “messiânico” ao Viravida por parte dos participantes.

Em relação à experiência de participação no Projeto, indagamos a respeito de ter sido proveitosa ou não para estes terem permanecido inseridos pelo período de onze meses e recebemos como resposta: E02 *“Tá valendo muito a pena, quero conquistar muitas coisas pra mim e pro meu filho, porque no futuro eu quero algo melhor. O entrevistado nº 03 destacou a importância do Projeto em sua vida, mas ressaltou a importância em cada um trilhar seu caminho, respondendo: “O Viravida dá um apoio moral um empurrão pra pessoa, cada um aos pouquinhos vai se transformando, construindo seu caminho. Ainda vejo que eu tô errando em algumas coisas, mas eu tô mudando”.*

Na entrevista nº 04 pudemos identificar na fala do entrevistado, a carência econômica perpassada na realidade de vida dos envolvidos no Projeto, o qual vem a ser uma renda “extra” para os participantes. Assim, E04 afirma que: *“Tá fazendo diferença sim, na minha família, no meu bolso também que conta muito, tô podendo levantar minha casinha com esse dinheiro agora, e tô comprando as coisas pra mim e pro meu filho e ajudando a minha mãe. Tá fazendo muita diferença sim, tô comprando minhas coisinhas”.* Nas falas dos entrevistados nº 06, nº 07 e nº 08, são expostas as opiniões sobre a participação no Viravida, tendo as seguintes colocações: “foi a melhor coisa que me aconteceu”, “é muito bom”, “tomara que nunca acabe”, entre outras falas.

Desse modo, fazendo um panorama geral das falas dos entrevistados, podemos afirmar que, para estes jovens, o Projeto Viravida se constitui uma esperança de vida melhor, diante da situação de exploração sexual por eles vivenciada. Todavia, é interessante percebermos a ideia de “salvação de vidas” remetida ao referido Projeto, pois, como bem sabemos, o mesmo possui ambiguidades que remete a interesses divergentes e contraditórios, reflexo do contexto neoliberal. Portanto, ainda que tenhamos observado e destacado pontos positivos do Projeto, devemos ter clareza acerca de seus objetivos e anseios, que se fazem camufladas pelo slogan da “responsabilidade social” empresarial e tendo fortalecidos suas metas de desempenho e avaliação.

3.5 Os Rebatimentos na Realidade de Vida dos Adolescentes inseridos no Projeto Viravida em Campina Grande: as modificações nos contextos familiar e escolar

3.5.1 O Contexto Familiar

No intuito de demonstrar as possíveis modificações havidas no cenário familiar, tivemos interesse em compreender tais alterações, os condicionantes e determinantes, para apreender a execução do Projeto, bem como a maneira pela qual os participantes são envolvidos nesse processo de “mudança”. Sendo assim, fizemos perguntas, inicialmente, sobre seu relacionamento familiar a partir do Viravida, tendo gerado outras perguntas a partir de então. É válido pontuarmos algumas das colocações referentes ao entrosamento familiar desses jovens, no convívio doméstico. O entrevistado nº 03 (E3) fez considerações, pontuando: *“Melhorou 100%, total, a gente ficou mais amigo, mais próximos, agora eu vejo de outra forma as coisas. Mudei muito a minha forma de pensar”*.

Contudo, cientes de que nas relações sociais não há uma homogeneidade de opiniões e reações a determinados acontecimentos, percebemos um posicionamento diferenciado na entrevista nº 02, visto que demonstra uma dificuldade de desvincular-se da situação de exploração sexual vivenciada em outras épocas. Nela afirmou-se que *“no início, minha família aceitava bem, gostava, e até melhorou o relacionamento, mas agora tá é pior, porque eu não me interessava, tô ficando é pior. Ao invés de eu tá mudando minha vida, eu não estou, tá é pior. Não tenho relacionamento muito bom com minha família”*. Nessa fala, são contemplados alguns dos desafios presentes àqueles a quem o Projeto não conseguiu ajudar, a quem a vida deu caminhos diferentes, apresentando-lhes, das piores formas, o mundo adulto e a violação de direitos.

Ainda que imersos nesse cenário de interesses e metas a serem cumpridas pelo Projeto, vale ressaltar que alguns dos jovens integrantes do mesmo mostram-se sabedores da limitação existente para sua execução, ainda que tendo um acompanhamento do ponto de vista biopsicossocial por uma equipe técnica multiprofissional. Assim, fica evidente a compreensão do Projeto, ao menos em sua aparência, conforme mencionado em *“a gente tem psicóloga e pedagoga lá dentro que dá conselho a gente, mas tudo tem que partir da gente mesmo, primeiramente, por que se não, não sai nada”*. Apesar disso, devemos evidenciar a falta de destaque no tocante ao trabalho dos assistentes sociais, seu papel, as atividades e atribuições a ele pertinentes, o que nos faz refletir sobre a instrumentalidade do Serviço Social nos serviços destinados à sociedade como um todo.

Na fala do entrevistado nº 08 é contemplado uma série de fatores que segundo ele, culminaram na inserção no Projeto Viravida, a citar: a drogadição, a exploração sexual, dentre outras expressões da violação de direitos à pessoa humana. Essas colocações ratificam aquilo que já temos conhecimento, ou seja, da teia de entraves que vão surgindo diante de tais situações de desrespeito aos adolescentes e da dificuldade que há em libertar-se de tal realidade. É interessante considerar suas afirmações, a seguir: *“Assim, mudou muito né? Porque uma pessoa drogada ela não tem relacionamento com a família, Aí a partir que eu entrei no Viravida, eu fui arrumando amizades, amigos, a equipe também do Viravida, que eu gosto muito, [...] fui aprendendo muito com eles”*.

Sendo assim, ao serem indagados sobre a visão que a família tinha em relação ao Viravida, tivemos por resposta, nas entrevistas posteriores: *“Eles dizem que é pra eu não desistir. Agora eu já gosto, vou porque quero, por que dá vontade, me sinto à vontade em participar do Projeto. Lá tenho muitos amigos. Todavia, na entrevista nº 02 é colocado que “Hoje em dia eles falam muito mais ainda e a relação tá cada vez mais ruim. As pessoas antes diziam: ah ela tá no Projeto Viravida, mas a maioria diz a mesma coisa, olham da mesma forma, como uma qualquer”*. Essas colocações expressam uma diversidade de opiniões e situações, as quais necessitam ser analisadas em sua especificidade e cujo alcance se mostra claramente sob as vítimas da violência.

Retrata-se aqui a questão da mentalidade preconceituosa e ultrapassada em relação às vítimas de violência sexual e demais violências, sendo, pois, necessário um processo de desconstrução sociocultural acentuado, no sentido de aproximar o conceito por hora tão afastado dessas pessoas, o de cidadania e direitos. Na entrevista nº 08 foi destacado que *“é, eu acho que eles acham que é bom, né? Por que vê que eu tô mudando, vê que agora tô virando uma pessoa mais consciente do que faz, né?”*. Nas demais falas foram reiteradas a ideia positiva em relação ao mencionado Projeto, embora tenhamos buscado interpretar as possíveis causas do pensamento sempre favorável no tocante ao Viravida, não conseguimos chegar a uma conclusão plausível.

3.5.2 O Contexto Escolar

No sentido de elucidar sobre a situação e o rendimento escolar dos participantes do Projeto Viravida, podemos colocar que, com base nas demais entrevistas, alguns

deles responderam que o cenário escolar, do ponto de vista do aprendizado melhorou, todavia, há aqueles que destacam a ineficácia do Projeto no que tange ao rendimento escolar, visto que, segundo os entrevistados, posteriormente apresentadas suas respostas, não cabe ao Viravida envolver-se com as temáticas escolares, ainda que, em uma de suas propostas, esteja colocada a melhoria gradativa do rendimento escolar, a partir da execução e participação dos jovens no mesmo. No diálogo estabelecido com os entrevistados nº 01 e nº 02 foi colocado que *“melhorou mais ou menos. Eu não era interessadíssimo na escola, hoje não, eu tenho que tá com os meus estudos na mão. Agora eu percebo o quanto é importante tá me qualificando”*.

Diante das colocações dos jovens entrevistados, podemos supor que existem questões mais densas do que imaginamos que se constituem como entrave ao desempenho escolar destes. Porém, em algumas entrevistas, foi evidenciado o incentivo oriundo do Viravida no tocante à continuidade na escola, como requisito para manter-se no mesmo. As respostas obtidas nessas perguntas foram bastante variadas, tendo aqueles que afirmaram que haviam melhorado muito na escola, desde o início do Projeto; outros, por sua vez, reconheceram a dificuldade em permanecer estudando, por questões de falta de vontade, ausência de perspectivas de futuro por meio do conhecimento adquirido na escola, dentre outras problemáticas concretas relatadas.

Na entrevista nº 04, faz-se um relato bastante contundente que contempla situações vivenciadas anteriormente, mas que ainda sensibilizam os jovens e remetem a questões de preconceitos da comunidade, juízos de valor, os quais foram sendo construídos num processo social e cultural, cada vez mais reforçado. Conforme pontuado, refletimos a partir de seu relato: *“Melhorou, porque eu tinha notas baixas, e lá eu tiro minhas dúvidas, e através deles, agora eu tô tirando nota alta”*.

O entrevistado nº 05 destacou em sua fala questões referentes ao seu progresso no rendimento escolar e aprendizado, afirmando que *“melhorou 100%, porque vem muito do conhecimento. Foi muito bom pra mim, abriu muito minha cabeça e em relação a outros aspectos, eu passei a ver tudo de uma maneira diferente”*. Na fala do entrevistado nº 08, afirmou-se uma mudança de hábitos e comportamento social que refletiram no cotidiano escolar: *“melhorou, até minha atitude melhorou. Sei dispor da minha atitude assim, dar um conselho, minha notas melhorou no colégio, também[...]”*.

Posteriormente, tivemos curiosidade em saber as pretensões dos jovens participantes do Viravida no que diz respeito ao ingresso na Universidade. Sendo assim,

podemos considerar as respostas animadoras, visto que todos os entrevistados responderam que desejam inserir-se no ambiente acadêmico e a partir dele, vislumbrar novas oportunidades de vida e crescimento profissional e pessoal. O que mostra a construção de perspectivas de futuro, como pode-se observar nas falas a seguir: *“estudar, fazer faculdade pra enfermeiro, enfermagem, desde criança, é o que eu quero”*. Na entrevista nº 02 colocou-se: *“Pretendo fazer medicina, veio isso na minha cabeça agora a pouco”*. O entrevistado nº 03 afirmou: *“Quero fazer Matemática. Vou tentar vestibular esse ano, na UEPB”*. Para o entrevistado nº 04: *“eu pretendo entrar na Universidade de Física, Educação Física e trabalhar pra pagar minha faculdade”*. Segundo o entrevistado nº 05: *“Pretendo, pretendo sim. Fazer direito. Sempre quis fazer direito, desde pequeno, sempre tive a vontade de terminar meus estudos e fazer direito”*. Na entrevista nº 06: *“Sim, no curso de engenharia mecânica”*. Outro entrevistado afirmou: *“Pretendo fazer Universidade e pra que curso? Queria fazer enfermagem. Na resposta do entrevistado nº 08, pontua-se que “Ah, eu quero terminar meus estudos, me casar, ter meus filhos, minha casa, minha moto, meu carro e ter meu trabalho certo, pra eu poder ter tudo isso. Quero fazer Direito. Pronto, direito mesmo”*.

As expectativas relacionadas ao aprendizado e a inserção da Universidade, refletem as intenções de crescimento, evolução e continuidade dos projetos pessoais que cada participante traçou para si. Os objetivos de vida definem-se pelas afinidades que estes jovens desenvolvem com determinadas áreas ou temáticas, dado a escolha das profissões. Para tratarmos desse assunto, focalizaremos nas intenções profissionais dos participantes do Viravida no que tange ao futuro profissional e pessoal, interligados com a pretensão de ingresso no ensino superior tão logo findem o ensino médio.

4 O Mercado de Trabalho e as Expectativas de Futuro Profissional na Visão dos Adolescentes do Projeto Viravida: traçando metas, trilhando caminhos

Por fim, fizemos questionamentos acerca das expectativas com relação ao mercado de trabalho e futuro profissional, no intuito de observar suas motivações e interesses. Desse modo, recebemos por resposta, as seguintes afirmações: *“pretendo quando terminar o curso abrir uma confecção pra gente enquanto participante do Projeto, pra gente trabalhar pra gente, ganhar nosso dinheirinho. Elas (as psicólogas) dizem que se um dia a gente quiser abrir uma confecção pra gente, elas podem ajudar*

nós para gente mostrar que o que a gente fez, valeu a pena, que a Catingueira tem muito pra mostrar e que o Viravida ensinou muito coisa boa a nós, mas eles podem ajudar a gente”.

Levando em consideração a visão benemerente que os participantes do Projeto possuem, expressa nas falas dos entrevistados, é notório que estes associam a imagem “bondosa” do mesmo com a possibilidade de se beneficiarem da “influência e o conhecimento” dos professores e demais profissionais do Projeto para obterem oportunidades melhores de emprego.

Tais fatores positivos para aqueles envolvidos no Viravida são interpretados como uma porta de entrada para os participantes, visto que, na ótica destes, muitas oportunidades se abrirão em seus horizontes profissionais após a conclusão do Projeto, fato esse que nos preocupa, pois, temos clareza de que a participação no Viravida não implica diretamente uma inserção quase “automática” no mercado de trabalho, conforme é transmitido durante o curso, segundo nos foi relatado nas entrevistas. Foram colocadas ainda as perspectivas de emprego permanente, com renda fixa, afirmando que: *“Pretendo colocar o currículo por aí pra Alpargatas, ou Coteminas, alguns amigos já me disseram e é isso que eu vou fazer pra me sustentar e pagar a faculdade”.*

É interessante destacar que as expectativas dos jovens estiveram relacionadas a conseguir emprego, trabalhar, terminar os estudos, ingressar na faculdade, tornar-se independente, fatores que contribuem para a auto-afirmação destes jovens no mercado de trabalho. As intenções e expectativas relacionadas ao mercado de trabalho estiveram voltadas para as áreas ligadas aos cursos profissionalizantes a que tiveram acesso no Projeto, a citar: corte, costura, serigrafia, modelagem, secretariado, lembrando que tais cursos abrangem as duas áreas temáticas do Projeto Viravida em Campina Grande: corte e costura e gestão em negócios.

Os demais entrevistados, quando questionados sobre a mesma temática, as afirmações se direcionaram mais a respeito de expectativas de futuro profissional e crescimento pessoal, na ótica de contribuir para a renda da família e conquistar a independência financeira perante os familiares provedores das despesas da casa, podendo então, também contribuir com o ônus mensal. A independência financeira é um dos desejos da maioria dos jovens, em especial pelas ideias de liberdade e autonomia presentes nesse significado.

Como última pergunta, questionamos a respeito de possíveis sugestões sobre o funcionamento do Projeto Viravida. Diante disso, foram pontuados os seguintes argumentos: *“assim, tipo, que eles chegasse a rodar pelos bairros e visse quem realmente precisa, aumentasse a faixa etária de entrada no Projeto, porque não é só com 16 anos que a pessoa entra nessa vida” é pior né? ”*. Uma preocupação recorrente em nosso estudo foi proveniente dessa afirmação de certo modo, madura, desse jovem, ao afirmar e analisar a realidade concreta de adolescentes no Brasil que vivenciam a exploração sexual, bem como a idade de inserção.

Noutra fala tivemos este ponto de vista: *“colocar mais pessoas na coordenação dos cursos, é a nossa turma e a turma que tá chegando, um conselho que eu daria é pegar mais pessoas que trabalhem com cidadania social, pedagogos”, assistentes sociais não? “É, assistentes sociais. Às vezes eles (equipe técnica como um todo) abandonam a gente pra trabalhar com a outra turma, ou então pega dá atenção a gente e esquece eles. E isso não devia acontecer”*.

A partir dessa última colocação do entrevistado, suscitou-nos uma indagação: de que forma está sendo exercido o trabalho do assistente social, pois, sequer este foi mencionado pelos jovens inseridos no Viravida, cuja equipe técnica é composta, diga-se de passagem, por psicólogas, pedagogas e uma assistente social, cuja atribuição atual é ser coordenadora de operacionalização do Projeto Viravida em Campina Grande. Contraditoriamente, esta profissão e o papel por ela desempenhado não foram destacados em nenhum momento do diálogo com eles estabelecido.

Para esclarecer tais sugestões apontadas pelos jovens com relação aos cursos e desempenho do Projeto, foi destacado como possibilidade de avanço para o mesmo e o público-alvo: *“dar aula de dança pras meninas, ensinar outro tipo de curso/profissão, procurar entender, assim, ao invés de vim o curso já pronto assim, definido, eles perguntarem a opinião daquelas pessoas que participaram dos cursos, e o curso que saísse mais, eles “butassem”, viesse pra gente e assim eu acho que as pessoas iam gostar mais e se dedicar mais. Aí as pessoas não iam pensar em sair antes. [...]”*.

Segundo a entrevista nº 06 *“era bom se eles colocassem cursos mais simples, pro pessoal fazer e pra facilitar a entrada no mercado de trabalho. E arranjar um emprego mais rápido”*. Conforme o entrevistado nº 07 *“acho tudo bom no Projeto, precisa mudar nada não. Tá muito bom do jeito que tá”*. Por fim, na entrevista 08 *“como assim? (ex: curso de pintura) “Sim, se a gente pudesse ter acesso assim, a outros*

cursos, seria muito bom se tivesse essa chance, pra curso de mecânica, de eletricista, ia ser muito bom, eu mesmo me interessaria por esses cursos”. Com todas essas ideias e pontos de vista, muitas discussões posteriores poderão ser tecidas, no sentido de enriquecer os trabalhos seguintes e facilitar o entendimento acerca do Projeto Viravida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da temática de exploração sexual de adolescentes e, levando em conta os fatores determinantes e condicionantes para que tal violação se concretize, percebemos os emaranhados dessa rede de relações mercantis, financeiras e culturais as quais tem modificado a realidade de vida de milhares de crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo, inclusive no Brasil, visto que trata-se de uma situação de violação grave aos direitos humanos, para a qual devemos lidar buscando maior resolutividade.

É sabido que a exploração sexual de adolescentes e jovens no Brasil se dá de forma silenciosa e está crescendo gradativamente, havendo sempre o aproveitamento ou utilização de alguém por outrem, o qual retira o máximo de vantagens da vítima, muitas vezes, hostilizada pela “atividade ou comportamento” que possui, não se importando com a realidade de vida dos explorados. Nesse cenário, é perceptível a dificuldade em se libertar dessa situação, visto que, muitas vezes, os problemas em família ou na comunidade, abrem brechas e fragiliza as relações entre eles, deixando a prerrogativa para os abusadores e exploradores se aproximarem.

Historicamente, o público infante-juvenil sofre os desmandos governamentais e das diversas esferas da sociedade, enquanto população esquecida e de responsabilidade de “ninguém”, ao menos na prática. Diga-se de passagem, a exploração sexual de crianças e adolescentes não se constitui numa prática recente, tendo sido observada desde os primórdios da colonização, no tempo das naus portuguesas, as quais traziam crianças e adolescentes para o Brasil, e durante esse trajeto, cometiam atrocidades com meninas e moças, utilizando-as como objetos de prazer sexual. É válido evidenciar a naturalidade com que as pessoas viam tais ações, visto que essas vítimas pouco valor tinham para os exploradores, como meros produtos de descarte, de uso fácil e rápido, visto que tinham sido retiradas de suas famílias com falsas promessas de vida melhor.

Destacamos na pesquisa e observamos no Projeto abordando a relevância das Organizações Não Governamentais - ONG's - no contexto contemporâneo, no qual estas têm desempenhado práticas que deveriam ser realizadas pela esfera governamental. Sendo assim, o Estado vem, gradativamente, se ausentando em suas responsabilidades, tendo como resultado a fragmentação dos serviços, na maioria das vezes, sucateados pela fragilidade de recursos e estrutura física. O afastamento da esfera governamental, portanto, dificulta e sobrecarrega os demais setores da sociedade, os

quais se vêm sem proteção, com políticas superficiais e paliativas, cuja aplicabilidade se distancia dos ideais democráticos de justiça social, igualdade, direitos, balizados na Constituição, numa perspectiva macrossocial e de maior alcance.

Dessa forma, as políticas sociais encontram-se perpassadas pela corrente neoliberal, hegemônica no contexto atual, direcionadas às camadas mais populares da sociedade, muito embora percebamos a inércia destas políticas no tocante ao segmento infanto-juvenil. Devido a esta fragmentação das políticas, torna-se cada vez mais difícil trabalhar a questão da exploração sexual, haja vista não se tratar de casos isolados, mas sim conectados, nacional e internacionalmente, voltados a satisfazer interesses de exploradores preocupados em obter maiores vantagens.

Na pesquisa aqui exposta, buscamos refletir sobre o cotidiano de jovens oriundos de bairros em situação de vulnerabilidade social comprovada, no caso específico a Catingueira, no qual ocorrem situações de abuso e exploração sexual. Com base nas informações explicitadas, torna-se evidente as contribuições do Projeto Viravida na realidade dos adolescentes, o qual vem servindo de ponte para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuindo para o fortalecimento ou a restituição dos laços afetivos e comunitários, conforme foi exposto nas falas. Os adolescentes entrevistados demonstraram ter maiores expectativas profissionais, modificação no relacionamento familiar, melhor desempenho escolar e intenções em ingressar no ensino superior, tão logo concluam o ensino médio.

Nosso objetivo foi evidenciar nas falas dos jovens suas pretensões de futuro, principalmente, pós-Viravida, projeto esse que vem permitindo aos adolescentes vislumbrar possibilidades de vida melhor, de sonhar com um futuro longe da exploração sexual, visto que durante o Projeto, havia um benefício mensal oferecido aos participantes, para manutenção destes, em especial, para transporte e havia uma quantia mensal retirada desse valor e depositada numa conta poupança para os jovens, da qual só terão acesso quando concluírem o curso. Tal quantia servirá a partir do momento em que desejarem traçar seus caminhos profissionais e conquistar independência financeira.

Não tivemos por finalidade defender o Projeto Viravida, tampouco criticá-lo, apenas analisamos as respostas e as situações relatadas, para termos condições de compreender as limitações macrossociais envolvidas nesse contexto, bem como outras possibilidades, talvez não contempladas nessas ações. Sendo assim, é um grande desafio à toda sociedade e aos setores mais conscientes da realidade social, atuar diante dessas

situações com as quais, por vezes, não temos condições objetivas de se concretizarem. Muitas são as limitações, entretanto, maiores deveriam ser as propostas e as ideias direcionadas a tais problemáticas, visto que a função do Estado é zelar pela sociedade e fazer valer seus direitos.

Por fim, diante das discussões tecidas nesse estudo, afirmamos sua relevância à sociedade e comunidade acadêmica, visto que muitos foram os destaques da pesquisa. Embora algumas das situações colocadas na pesquisa sejam de conhecimento dos estudiosos da temática, visto que a realidade social se repete com novos atores, compreendemos que todo estudo contribui em algum aspecto no tocante ao entendimento sobre determinada temática, e este, aqui exposto, traz suas contribuições em especial, para o despertar dos leitores de outras fontes de pesquisa ou objeto de estudo que contemplem a realidade de jovens vítimas de exploração sexual comercial.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas Perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (org). **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

ARANTES, Esther M. M. Rostos de Crianças no Brasil. Instituições: PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). In: A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência á Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/Amais, 1995

ARIÊS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

CAVALCANTI, Lítia Tereza Costa Lopes. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – Fragilidade da Legislação Penal e da Lei nº 8.069/90**. Disponível em <<http://www.udir.com.br/busca.htm>> Acesso em 05. Outubro. 2011

Centro Especializado de Referência da Assistência Social: disponível em:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>

CREAS e Conselhos Tutelares – (disponível em:
<http://www.setras.pb.gov.br/control.html?acti>)

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org). **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

FERREIRA, Isa. **Combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**: guia de referência para educadores (as). Assunção, OIT, 2003.

Folder Exploração criança: (disponível em:
http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Folder%20Expl%20Crian%C3%A7a.pdf)

Fundação Abrinq (disponível em: <http://www.fundabrinq.org.br/portal/como-atuamos/nosso-trabalho.aspx>)

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, José Roberto de & FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p.177-191.

Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Assunção, OIT, 2004.

II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes, ECPAT Internacional, OIT/IPEC, 2001 - disponível em www.ethos.org.br).

MINAYO, M.C. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

Official Site Save The Children: (disponível em:

http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6115947/k.8D6E/Official_Site.htm)

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto. 2008, p. 347-75.

Pedofilia e Pornografia Infantil – disponível em:

(<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABXz4AH/pedofilia-pornografia-infantil-na-internet>

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Editora: Graphia, Rio de Janeiro, 2008.

Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro disponível em: <http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=233>

Programa Sentinela – Valença do Piauí: disponível em:

<http://valencadopiaui.blogspot.com/2007/12/retrospectiva-semas-programa-sentinela.html>

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p.19-54.

Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente vítima de violência – disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/706_ijsn_td18.pdf

Rumo sustentável: (disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/fundacao-abrinq-e-save-the-children-unidas-pelas-criancas-cooperacao-para-a-operacao-de-programas-e-projetos-em-prol-da-crianca/>)

Save The Children – Nosso Trabalho no Brasil - disponível em:
http://www.savethechildren.org.uk/en/docs/Brazil_Portuguese_CB_2008.pdf

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org). **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (disponível em:
<http://www.setras.pb.gov.br/sentinelas.html>

Sentinelas no Município de Itaboraí /
RJ”<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/32859-40830-1-PB.pdf>

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1992.

UNICEF no Brasil – disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>
Violência contra Crianças e Adolescentes – Uma reflexão sobre o Programa.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER APLICADA COM OS ADOLESCENTES

Nº DA ENTREVISTA: -----

SEXO: masculino () feminino () ESTADO CIVIL: -----

IDADE? _____

TRABALHA? sim() não ()

RENDA: 1/3 S.M () ½ S.M () 1 S.M () Programas Assistenciais? Qual ()

Outras Rendas:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

Ensino fundamental incompleto: () Ensino Fundamental Completo: ()

Ensino Médio Incompleto: () Ensino Médio Completo: ()

PARTICIPA DE OUTROS GRUPOS NA COMUNIDADE? QUAL?

COMO É A SUA FAMÍLIA?

Mãe, pai e filhos? ()

Avós e netos? ()

Madrasta ou Padrasto, Pai ou Mãe e filhos? () Tios, primos, irmãos? ()

Outros ()

Q1) Há quanto tempo você participa da PROAMEV?

Q2) O que o (a) motivou a entrar na ONG?

Q3) Como aconteceu sua inserção no Projeto Viravida?

Q4) O que você acha que modificou no seu relacionamento com a família, depois do Projeto?

Q5) Como sua família vê sua participação no Projeto?

Q6)O que você considera positivo e negativo no Projeto Viravida?

Q7) Quais as suas metas ou sonhos para futuro profissional?

Q8) Você acha que seu rendimento escolar melhorou depois da entrada no Projeto?

Q9) Pretende ingressar numa Universidade?

Q10) O que te motivou a participar do Projeto Viravida? Com que frequência você comparece no Projeto?

Q11) Qual a sua visão em relação ao Projeto Viravida?

Q12) Para você, faz diferença/ tem valido a pena se inserir no Projeto Viravida? De que forma?

Q13) Ao terminar sua preparação para o mercado de trabalho, o que você pretende fazer para crescer profissionalmente e tornar-se independente financeiramente?

Q14) Você teria alguma sugestão com relação ao funcionamento do Projeto Viravida?